



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIANA LOURENÇO DOS SANTOS

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
A relevância do(a) pedagogo(a) no desenvolvimento de crianças  
com espectro autista**

BRASÍLIA  
2022

MARIANA LOURENÇO DOS SANTOS

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
A relevância do(a) pedagogo(a) no desenvolvimento de crianças  
com espectro autista**

Trabalho apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.  
Orientadora: Profa. Ma. Daniela Barros Pontes e Silva.

BRASÍLIA  
2022

Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação

Mariana Lourenço dos Santos

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
A relevância do(a) pedagogo(a) no desenvolvimento de crianças  
com espectro autista**

Trabalho apresentado à Faculdade de  
Educação da Universidade de Brasília,  
como requisito para obtenção do título  
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Daniela Barros  
Pontes e Silva.

Banca examinadora:

Ma. Daniela Barros Pontes e Silva  
Orientadora. TEF/FE – UnB

Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florencio  
Pedagogia/NEAD – UniCEUB; Gpdes/UnB

Ma. Amanda Araújo Neves  
Secretaria de Estado de Educação do DF – SEEDF

Ma. Daiane Aparecida Araújo de Oliveira  
TEF/FE – UnB

Brasília – DF  
2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sa SANTOS, Mariana Lourenço dos  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A relevância  
do(a) pedagogo(a) no desenvolvimento de crianças com  
espectro autista / Mariana Lourenço dos SANTOS; orientador  
Daniela Barros Pontes e Silva. -- Brasília, 2022.  
81 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de  
Brasília, 2022.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Pedagogo.  
3. Desenvolvimento. 4. Aprendizagem. 5. Transtorno do  
Espectro Autista. I. Barros Pontes e Silva, Daniela,  
orient. II. Título.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que estiveram presentes incentivando-me, aos meus pais, amigos e familiares, que contribuíram de modo significativo para o meu processo de escrita, não seria possível a concretização da minha jornada acadêmica sem o apoio da minha base.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sempre guiou-me, e esteve comigo em todos os momentos da minha vida iluminando-me, bem como, instruindo-me a seguir os melhores caminhos.

Agradeço a minha mãe, Ionar, pessoa responsável por tudo que sou hoje, mulher guerreira na qual sempre estive ao meu lado, acreditando e motivando-me a confiar no poder da educação. Sempre a primeira a aplaudir todas as minhas conquistas pessoais. Alguém que me inspira diariamente a ser a melhor versão de mim mesma.

Aos meus amigos, indivíduos extremamente importantes, que estiverem acolhendo-me, bem como incentivando-me ao decorrer de minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, responsável por transformar minha trajetória de escrita em uma experiência sublime, auxiliou-me em toda a minha jornada, e me orientou de modo que o processo fosse o mais leve e significativo em minhas aprendizagens.

Por fim, agradeço as docentes nas quais entrevistei, visto que possibilitou a concretização de minha pesquisa, assim como, me enriqueceu com suas sabedorias.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relevância do pedagogo no Atendimento Educacional Especializado. Para a construção desse caminho buscou-se conhecer o processo de desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), e seus direitos legais adquiridos no que diz respeito a esse Atendimento. Esta investigação também se apoia na perspectiva da psicologia histórico-cultural de Vigotski, autor que contribui com os estudos do desenvolvimento do processo de aprendizagem de crianças atípicas. Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas em duas instituições de ensino. Por meio da abordagem qualitativa com profissionais da educação atuantes na rede pública, a pesquisa buscou perceber o trabalho do pedagogo no processo de aprendizagem da criança com autismo no Atendimento Educacional Especializado. Entre outros resultados, destaca-se que a relevância do trabalho do pedagogo nesse Atendimento revela-se na medida em que o profissional pedagogo, por sua formação, percebe processualmente o desenvolvimento das crianças a cada sessão podendo assim organizar o processo educativo oferecido no AEE em consonância com o tempo do desenvolvimento da criança, sessão a sessão. Enquanto que outros profissionais identificam desenvolvimento apenas quando este aparece associado a demonstrações externas que se manifestam de maneira evidente e em relação a resultados e objetivos pré-determinados, a partir da avaliação de períodos mais longos, como meses, por exemplo.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado; Pedagogo; Desenvolvimento; Aprendizagem; Transtorno do Espectro Autista.

## ABSTRACT

The present work aims to understand the relevance of the pedagogue in specialized educational work. For the construction of this path, we contextualize the development process of children with autism spectrum disorder (ASD), and their acquired legal rights on education. This research is also based on the perspective of historical-cultural psychology of Vigotski, author who contributes to the studies of the development and learning process of atypical children. This research made semi-structured interviews in two educational institutions. Through the qualitative approach with education professionals working in the public educational system, the research sought to perceive the work of the pedagogue in the learning process of the child with autism in specialized educational care. Among other results, it is noteworthy that the relevance of the pedagogue's work in this Care is revealed to the extent that the professional pedagogue perceives procedurally and thoroughly the development of children at each session even if they are not related to the initial objectives of the session, thus being able to organize the educational process offered by the ESA in line with the time of the child's development. While other professionals identify development only when it appears associated with external demonstrations that manifest themselves in a clear way and in relation to predetermined results and objectives.

**Keywords:** Specialized Educational Service; Pedagogue; Development; Learning; Autism Spectrum Disorder.



## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 2 – Uma perspectiva histórico-cultural</b>	<b>37</b>
2.1 – História pessoal e pressuposto teórico de Lev Vygotsky	37
2.2 – Aprendizagem no processo educacional: contribuições teóricas de Vigotski	38
2.3 – Lev Vigotski e a concepção da pessoa com deficiência	42
2.4 – Atendimento Educacional Especializado	44
<b>CAPÍTULO 3 - A importância do Atendimento Educacional Especializado: Uma visão dos profissionais de educação</b>	<b>45</b>
3.1 – METODOLOGIA	45
3.2 – Atendimento Educacional Especializado: o olhar das entrevistadas	49
3.3 – O Atendimento Educacional Especializado, a escola e a(s) família(s): relações e desafios	56
3.4 – Recursos e organização educacional para os atendimentos	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>65</b>
<b>PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE A – MODELO DE TCLE</b>	<b>80</b>

## MEMORIAL

Era uma vez, uma mulher que sempre acreditou e confiou no poder da educação, e está em processo para obter a transformação de sua realidade por mediação do ensino. Sua história começa desde a infância, e perdura atualmente. Mas, iremos iniciar tal relato pelo princípio, com uma criança atraída pela instrução do conhecimento.

A jovem garota almejava ingressar em uma instituição de ensino, no entanto sua família a considerava imatura para tal ambiente, para tanto, a jovem reiterou seus anseios por demasiado período de tempo, logo, com muita persistência a garotinha os convenceu, aos três anos de idade sua mãe cogitou a proposta e buscou uma organização escolar que lhe agradasse, confiasse e possuísse como ideal o desenvolvimento infantil, pois conjecturou a relevância do ensino para a sua primogênita.

Ingressei na educação infantil com ávido entusiasmo e anseio por aprender, aos meus olhos tudo era belo, me encantava o modo de compreender o mundo por intermédio da educação. Entrava em êxtase o contato com novos indivíduos, interagir e poder compartilhar com os demais era sublime.

Todavia, o mundo mágico não permaneceu todo o tempo, ao ingressar no âmbito escolar por mais que eu estivesse encantada, possuía receio, conviver com novos sujeitos no princípio foi assustador, e como toda criança, meu modo de expressar foi por intermédio das lágrimas. Entretanto, a docente responsável não era apta a interagir com crianças, os meus choros a incomodava demasiadamente, comentava na sala aos ouvidos de todos que me considerava a menina chorona da classe. Com isso senti-me inferiorizada, rejeitada, e todo o entusiasmo se transformou em angústia, não almejava permanecer naquele ambiente.

Contudo, Dona Ionar Ferreira, mais conhecida como senhora minha mãe, teve um olhar atento e percebeu que algo estava estranho em minhas atitudes, solicitou para que eu explicasse minha fuga escolar, ouviu atentamente e compreendeu o ocorrido.

Logo, Dona Ionar providenciou de se encaminhar a instituição escolar e buscar respostas para o ocorrido, abordou que não deixaria a docente ser responsável pelo meu desenvolvimento, uma vez que essa estava abalando meu emocional. Contudo, a instituição era pequena e só havia uma sala de cada segmento escolar, não haveria como trocar a docente, porém abriram uma exceção e me colocaram em uma classe mais avançada, antigo jardim II, e foi onde meu entusiasmo e minha alegria pelo ambiente retornou.

Ao ingressar em uma nova sala, com indivíduos desconhecidos, uma nova profissional, meu medo se instaurou, conseqüentemente lágrimas brotaram do meu rosto. Porém a professora acolheu-me, apresentou-me aos indivíduos da classe, mostrou que estava tudo bem, assim como eu poderia confiar nessa, senti segurança, logo, fiquei confortável em explorar as diversas possibilidades existentes no espaço escolar, com auxílio da Salu, professora que marcou minha trajetória escolar com todo o seu amor pela educação.

Ademais, as atividades eram voltadas ao desenvolvimento de coordenação motora fina e grossa, era um ambiente aconchegante e divertido, no qual pude me desenvolver para além de atribuições escolares da instituição. Com todo o preparo da profissional meu desenvolvimento foi cognitivo, psicossocial, emocional e afetivo. Aos três anos de idade obtive contato com as letras, desenvolvi habilidades de pinça e conseguia escrever reproduzindo os demais escritos. Aos 4 anos de idade, permanecia na mesma classe, e naturalmente imersa no mundo da escrita, logo, aprendi a ler.

A educação infantil me possibilitou grandes aprendizados, no que se refere ao pleno desenvolvimento do indivíduo. Sou grata pela primeira instituição na qual ingressei, como também pela docente que me auxiliou em todo o processo, sendo companheira e percebendo com seu olhar atento aos métodos que proporcionaram meu desenvolvimento como sujeito histórico. Contudo, minha trajetória em tal instituição foi breve, pois minha mãe, conjecturava que o ensino público era o melhor para tanto, buscou por vagas, e ao ser contemplada meu ingresso na escola fui transferida de instituição.

Ao ingressar no novo âmbito de aprendizagem estava adepta ao modo da rotina escolar, então já fui animada e sem receio do novo, no início do ano letivo ingressei novamente no antigo jardim II pela idade. Contudo por já ter realizado esse segmento anteriormente e pela docente responsável me considerar avançada, foi solicitado o avanço de turma e, o setor administrativo aceitou e fui transferida para o antigo jardim III.

As memórias são vagas do período, contudo lembro da ansiedade de ingressar no próximo ano no ensino fundamental, a realidade da instituição era divergente da particular, a escola era maior, mais crianças em uma sala de aula e, apenas uma docente responsável, o que dificultava no acolhimento de todas as crianças, todavia a professora era alguém que sempre esteve disponível para escutar e me estimular.

O próximo ano infelizmente foi uma quebra de expectativas, aos seis anos de idade iria ingressar na primeira série do fundamental, todavia, a coordenação escolar vetou tal passo, por ser nova demais para a etapa, pois o ingresso apenas era permitido aos 7 anos de idade. Vale ressaltar que o pretérito não está mais em conformidade com a atualidade, a Lei de Diretrizes e Bases prevê o ingresso do educando no ensino fundamental aos 6 anos de idade.

A minha percepção foi de grande chateação, almejei e anseie por tal momento que infelizmente não pode ser efetivado, repeti o ano, ao decorrer da minha pequena vida, escutava que os repetentes eram sujeitos que não possuíam mérito para avançar, me senti culpada e considerava que havia reprovado, me confortaram dizendo que eram regras, contudo a minha cabeça de criança não compreendia.

Além do mais, no auge dos meus 6 anos de idade, na repetição do jardim III, fui convocado na instituição junto com demais colegas, nos quais eram considerados avançados para estarem na educação infantil, com a finalidade de realizarmos uma prova, na qual quem obtivesse resultado aprovado avançava para o primeiro ano do fundamental, fiquei extasiada com a possibilidade, me dediquei ao máximo nas etapas, no final do processo o resultado foi positivo, ou seja. iria avançar de turma. Entretanto. a coordenação da escola voltou atrás. e

argumentou novamente o fator idade, nenhuma criança avançou, a frustração me consumiu, todavia, estava mais conformada que não avançaria.

Acredito que a instituição deveria ter analisado suas propostas, pois essa é um espaço no qual o sujeito necessita de apoio, causar transtornos a crianças é negligenciar o desenvolvimento emocional, e tal fator da repetição me angustiou por muitos anos em minha trajetória escolar, mesmo sendo considerada avançada cognitivamente à minha idade, passei longos períodos me considerando incapaz academicamente.

O tão aguardado ingresso ao ensino fundamental foi realizado, entretanto, minha empolgação de estar em tal etapa foi dispersada ao decorrer do ano anterior, minha felicidade era de estar em um ambiente com variadas crianças no qual podia partilhar diversos momentos. Ao contrário do que antes eu imaginava, não apreciei o momento, era o período de alfabetização, no qual me sentia entediada nas aulas, pois era o período de alfabetização e aos 7 anos de idade já lia com maestria. Contudo, a falta de empolgação com as aulas era substituída pelo ânimo dos projetos infantis que participava encantada, pude observar que a educação ia para além da sala de aula, e minha empolgação com a instituições de ensino acendia ardentemente.

O ensino fundamental foi marcado por aprendizados além do ensino ministrados em sala de aula, o desenvolvimento infantil não pode ficar preso a quatro paredes de sala de aula, fui uma criança na qual aprendia com facilidade, logo me avancei nos conteúdos lecionados, o que era estudado em um ano, eu havia aprendido anteriormente buscando em livros. Ou seja, o aprendizado no qual necessitava era para além do cognitivo, e os docentes estavam aptos a desenvolverem as crianças e promoveram diversos projetos infantis, como peças teatrais que possibilitaram meu desenvolvimento pleno como sujeito.

Durante o último ano do fundamental I aconteceu o concurso de poesias sobre a cidade de Santa Maria. As escolas foram convidadas a participarem do projeto juntamente com seus alunos do último ano desta etapa. Dediquei-me muito em toda atividade proposta, logo, ganhei o concurso, foi um momento incrível. os integrantes da instituição de ensino me aplaudindo. minha poesia



estampada pela escola, me senti importante e valorizada, passei a considerar que era capaz de grandes conquistas.

O ingresso ao ensino fundamental II foi um período de mudanças e receios., porém, a instituição me marcou, pois desfrutou de demasiados projetos, destaco os da disciplina de artes, pois a escola englobava dentro da educação artística, as três áreas da temática abordada no currículo: Artes visuais, teatro e música. Os projetos nos proporcionaram a exploração como sujeito, no qual antes do educando realizar a proposta, o docente auxiliava com materiais pedagógico, no qual o aluno conhecia a história da realidade da cultura e compreendia suas características, podendo realizar seus projetos com maestria e autonomia.

Cada bimestre era organizado com determinado projeto, exceto o primeiro, no qual era destinado ao momento de estudos, como também investigações artísticas. O advento dos projetos era principado por artes visuais, fazíamos máscaras para exaltar a cultura afro, constituída de atadura, além disso, demasiadas obras de estilos de pintura, nas quais ao final o docente responsável realizava exposição aberta ao público, enobrecendo os educandos da instituição por seus feitos.

O terceiro bimestre era destinado a interpretar obras teatrais, e o quarto apresentava musicais de dança, nos dois momentos era escolhido as obras a serem apresentadas, e ao final também era aberto ao público. Ambos proporcionam ao discente a exploração individual, que promoviam o crescimento do desenvolvimento estudantil, viabilizando a independência, alcançando o progresso psicomotor, afetivo e social.

Ademais, ao ingressar na última etapa da educação básica, saí da instituição pública e ingressei na particular. Dona minha mãe considerou que seria um investimento, dedicou suas economias para o feito. Contudo, a instituição era tradicionalista, possuindo como único objetivo o ingresso em universidade pública, portanto, o desenvolvimento cognitivo foi excelente, entretanto, as demais áreas do desenvolvimento pedagógico foram prejudicadas.

Para tanto, ao final do ensino médio por meio do programa de avaliação seriada ingressei na Universidade de Brasília cursando pedagoia. área de

atuação da minha mãe, o que me motivou demasiado no momento da escolha profissional, pois sempre admirei a área da educação, e o amor que minha mãe possuía ao falar do ensino infantil, sempre ouvia em como o profissional da educação pode transformar vidas por meio do seu ensino, logo, almajei seguir seus passos e auxiliar crianças em seu progresso pessoal.

Ao ingressar na Universidade de Brasília fiquei fascinada, explorei as diversas áreas do conhecimento, com intuito de adquirir habilidades para a minha formação profissional, reitero que confio no poder da educação, almejo levar o melhor para minhas futuras crianças. Para tal fim, a artes me motivou de modo excepcional, por ser uma disciplina que detém um viés de expressar-se no qual permita o desenvolvimento intrínseco do ser, além do mais, busquei por projetos de extensão e temáticas voltadas para o alicerce da realidade que me confirmam base instrucional para o estudo científico do desenvolvimento do ser.

O projeto cênicas visava levar conhecimento instrucional por meio da interpretação de modo que a sociedade pudesse compreender temáticas relevantes, nas quais, são apresentadas majoritariamente na linguagem acadêmica, para tanto, tal projeto era exposto de modo lúdico. além do mais, ao decorrer dos estudos foi aprendido técnicas das cênicas, considero essas essenciais como alternativa de aprendizado do expressar-se na educação infantil.

Outrossim, o projeto Recrearte, foi voltado a alfabetização, como também ao lúdico, era um grupo de monitoras, nas quais toda sexta-feira íamos ao Varjão auxiliar em uma escola pública, as sextas eram divididas em dois momentos, auxiliávamos crianças com dificuldades na alfabetização individualmente, em seguida, nos recreios desenvolvíamos brincadeiras educativas.

O projeto de língua brasileira de sinais, foi um momento de descobertas, na qual pude imergir na inclusão e compreender a necessidade de uma educação bilingue nas escolas, para esse propósito foi aprendido sinais básicos da comunicação, todavia, senti a necessidade de buscar complementação do aprendizado e principiei um curso de libras que era realizado no Hospital Regional do Gama, pois acredito que seja fundamental tal instrução para o docente.

Simultaneamente com a universidade busquei sapiência em compreender o desenvolvimento das crianças inseridas no espectro autista, busquei alternativas inclusivas juntamente com tópicos voltados às temáticas, como também o que logrará desempenhar para colaborar na prosperidade do ser com intermédio do ensino especializado.

Ademais, ao ingressar em estágios, optei por buscar áreas inclusivas, me propiciando o saber como também instruir-me o modo de aprendizagem de crianças atípicas, o transtorno do espectro autista foi minha ênfase de maior estudo, por realizar atendimento especializados com essas crianças. Busquei elucidações na Universidade por intermédio de disciplinas e conjecturo que encontro-me apta a assessorar crianças com dificuldades, por intermédio da prática e pesquisa na qual a academia me proporcionou.

Destarte, acredito que a ciência transforma realidades, indivíduos atípicos possuem suas singularidades incessantemente silenciadas por omissão de assistência, como futura docente, almejo ser o pilar na mediação do desenvolvimento infantil, dos seres constantemente negligenciadas pela sociedade, com cooperação da instrução científica adquirida ao perpassar dos anos da minha formação na Universidade de Brasília.



## INTRODUÇÃO

O presente projeto pretende investigar a relevância do pedagogo no Atendimento Educacional Especializado (AEE) a crianças com o Espectro Autista (TEA). Para tanto, cabe evidenciar que a educação é um direito social previsto pelo artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988, logo, a aprendizagem é uma garantia aos indivíduos. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) discorre acerca da incumbência do sistema público na oferta do Atendimento Educacional Especializado, visto que se faz necessário para o desenvolvimento de crianças, cuja progressão é diferenciada em decorrência de suas particularidades.

A criança com autismo, sujeito histórico e de direitos, desenvolve-se por intermédio do contato social com o outro, para tanto, faz-se necessário a mediação do profissional qualificado na garantia do seu pleno desenvolvimento. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista estabelece que o atendimento multiprofissional é direito garantido aos sujeitos.

No contexto educacional, vale salientar o espaço escolar como sendo apto para desenvolver o indivíduo, o atendimento especializado proporciona aprendizagens significativas ao sujeito, não apenas as complementares, como também as suplementares quando assim necessário. Para Canto e Moreira:

O Atendimento Educacional Especializado visa prestar um serviço de Educação Especial de caráter complementar para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência ou suplementar no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação matriculados no ensino regular. (CANTO e MOREIRA, 2014.)

Por sua vez, para Mota e Novais 2018

(...)A importância de um professor de AEE para o desenvolvimento do aluno com NEE é fundamental, pois possibilita ao educando uma educação inclusiva de qualidade e não somente sua inserção no ambiente escolar, mas respeita principalmente o direito do aluno com deficiência de ter um Atendimento Educacional Especializado que venha atender as suas dificuldades com sua ajuda. (MOTA, M.A.C. , M.;

Cabe destacar o teórico Lev Vigotski, autor que norteia o Currículo em Movimento, por suas contribuições acerca da aprendizagem. O autor viabilizou aporte acerca da defectologia, área de estudo na qual Vigotski dedicou-se para compreender o processo de ensino aprendizagem em sujeitos com deficiência, na qual será de extrema relevância para o este estudo. A perspectiva da Defectologia de Vigotski coloca o indivíduo como integral não se restringindo a rótulos por diagnósticos.

Vigotski, retratou significações positivas acerca da deficiência, visto que antes a sociedade considerava pessoas atípicas não aptas a desenvolverem-se, logo, para o autor [...] o desenvolvimento cultural é a principal área para compensação de internormatividade [deficiência] quando o desenvolvimento orgânico é impossível; a este respeito, o caminho do desenvolvimento cultural é ilimitado” (CASTRO. S.; LIMA. S. R.; ROSSETO, E. 2020, apud VYGOTSKI, 1993, p. 169). Em virtude disso, o autor contribuiu conjecturando que a deficiência não é o que limita o ser, visto que sua promoção será apenas estimulada por caminhos distintos. Logo, a defectologia buscava “[...] encontrar um sistema de atividades positivas, teóricas e práticas que possibilitem o desenvolvimento e a humanização da pessoa com deficiência”. (SIERRA; FACCI, 2011, p. 132). Para Hansel, Ribeiro e Ruppel 2021:

(..) a perspectiva de Vygotsky é potencializadora, pois situa o professor como um mediador social e a escola como a responsável em organizar as adaptações necessárias para incluir o aluno. Além disso, o autor descreve a cultura como fundamental para a criação de caminhos com alternância, e o ensino adequado, como meio de compensação que desafia constantemente estes estudantes. Ao pautar a sua prática pedagógica nestes princípios, o professor encontra muitos subsídios para proporcionar uma educação de qualidade às crianças com deficiência e permitir a sua inclusão social.( HANSEL, A.F; Lucimare, RIBEIRO, L.; RUPPEL, C. 2021, p. 11)

No que se refere a instituição de ensino cabe salientar que essa é imprescindível no que tange o desenvolvimento dos sujeitos. Isto posto, cabe enfatizar a relação da atuação do pedagogo, uma vez que tal profissional é qualificado na promoção do desenvolvimento do ser, esse pode assessorar de modo eficaz crianças promovendo a prosperidade singular do indivíduo. Por conseguinte, o profissional especializado necessita de certificação na sua área e

consequente, o profissional especializado necessita de sapiência no que tange a

19

mediação do processo de progresso da subjetividade de indivíduos com Transtornos do Espectro do Autismo, sendo assim, a cognição de tal processo de intermediação concebe o desenvolvimento pleno do ser.

Para tal finalidade o projeto apresenta como objetivo geral: Identificar de que forma ocorre a atuação do profissional de educação no atendimento educacional especializado e como o trabalho do pedagogo promove o desenvolvimento de crianças com o espectro autista nas escolas.

Dito isso, faz-se necessário os seguintes objetivos específicos:

I – Identificar, a partir das normativas e políticas públicas quais os direitos da criança com espectro autista no que diz respeito à educação;

II - Reconhecer a relevância dos docentes sobre o trabalho pedagógico no atendimento educacional especializado e como compreendem seu papel no desenvolvimento de crianças com espectro autista;

III - Perceber como o atendimento educacional especializado pode promover o desenvolvimento das crianças com espectro autista, a partir do trabalho do profissional da educação.

O Brasil passou por transformações significativas no que concerne à educação, todavia, mesmo assim há necessidade de aperfeiçoamento no atendimento especializado. Esta pesquisa justifica a concordância com esta perspectiva, apoiando-se na necessidade de uma nova compreensão do Atendimento Educacional Especializado e da atuação do pedagogo na educação da criança com espectro autista. Ou seja, é necessário compreender as especificidades da participação do pedagogo em atendimento especializado possibilitará avanços sociais, a respeito das potencialidades do ser com autismo.

No intuito de compreender a relevância do profissional da educação em atendimento educacional especializado, o projeto realizou pesquisa direcionada tanto no aprofundamento teórico-bibliográfico, quanto na experiência investigativa por intermédio de entrevistas. Para a compreensão teórica do fenômeno pesquisado, propõe-se os aportes do enfoque histórico-cultural, a partir dos estudos em defectologia de Vigotski, bem como análise de políticas públicas. Por sua vez, a experiência da pesquisa, considerou, entrevistas semiestruturadas.

A análise documental “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” p. 38. A Constituição Federal do Brasil prevê

deveres do estado na garantia do acesso ao AEE, em seu artigo 208 inciso III explicita que o “Estado garantirá o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Sendo assim, todos os brasileiros que necessitarão de tal atendimento terão seu direito atestado por lei. Para Guba e Lincoln:

Guba e Lincoln (1981) apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional. Em primeiro lugar destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos. André e Lüdke, 1986, p. 39 apud Guba e Lincoln, 1981.

Para isso propõe-se além de pesquisa teórico-bibliográfica, o estudo da realidade do Atendimento Educacional Especializado em instituições públicas de ensino, através de entrevistas semi-estruturadas com profissionais da educação, que atuam no AEE para alcançar o que foi proposto nos objetivos geral e específicos.

A pesquisa qualitativa é de cunho subjetivo e visa investigar um problema, para tanto faz-se necessário o aprofundamento dos conhecimentos obtidos do pesquisador. Para Alarcão, 1999:

“Ser professor-investigador é, pois, primeiro que tudo ter uma atitude de estar na profissão como intelectual que criticamente questiona e se questionar.”. (ALARCÃO, 2001, p.6).

A entrevista é um importante recurso de pesquisa, visto que “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, como o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação” (GIL, 1987, p. 113). Sendo assim, é um método no qual permite ao investigador obter informações da realidade social do entrevistado, Gil completa afirmando que é um modo de interação social, bem como é um meio de pesquisa muito utilizado, no qual pedagogos se apropriam para uma avaliação da realidade social.

Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que

no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que

21

houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica. (André e Lüdke, 1986, p. 33\34)

A entrevista semiestruturada permite que o entrevistador e o entrevistado dialoguem acerca de uma temática de modo não rígido, desse modo foi escolhido para a realização deste trabalho a entrevista por pauta, no intuito de compreender a realidade educacional dos profissionais de educação. “A entrevista por pauta apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. (GIL, 1987, 117).

As entrevistas por pautas são recomendadas sobretudo nas situações em que os respondentes não se sintam à vontade para responder às indagações formuladas com maior rigidez. Esta preferência por um desenvolvimento mais flexível da entrevista pode ser determinada pelas atitudes culturais dos respondentes ou pela própria natureza do tema investigado ou por outras razões. (GIL, 1987, p. 117).

No intuito de contemplar os objetivos desta pesquisa, a monografia se dividiu em três capítulos. Mormente, o primeiro capítulo deste escrito foi abordado seu referencial teórico sendo apresentado o teórico Lev Vigotski e sua contribuição com a psicologia histórico-cultural, bem como a defectologia, para a compreensão da relevância da mediação no desenvolvimento de crianças do espectro do autismo. Por sua vez, o segundo capítulo é voltado para apresentar normativas que permeiam a educação dessas crianças, como também é abordado a conceitualização do atendimento educacional especializado e sua relevância para educação. E por fim é realizado a análise das entrevistas das docentes atuantes na rede pública do Distrito Federal para a compreensão do modo de como as crianças com TEA desenvolvem-se com auxílio da mediação do profissional de educação, além de entender a realidade educacional das instituições de ensino.

Por fim, esses capítulos são seguidos das considerações finais, que são feitas observações das análises encontradas ao decorrer da pesquisa e minhas perspectivas futuras, na qual evidencio meu anseio em me especializar no transtorno do espectro autista, bem como em atuar no atendimento especializado da rede pública do distrito federal.



## **CAPÍTULO 1 - A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Para compreender o transtorno do espectro autista, faz-se necessário discernir as especificidades desse, tanto a sapiência sobre o contexto histórico, como o olhar dos especialistas, além do mais, cabe destacar determinações judiciais na garantia de direitos igualitários de dignidade humana para os sujeitos inseridos nesse transtorno.

Com a finalidade de compreender o Transtorno do Espectro Austista (TEA), faz se necessário conceituar o sujeito com deficiência, .A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 2015 em seu Artigo 2º alude a definição:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.(Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015).

Para tanto, com a promulgação da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, transfigurou possível abranger a reconhecimento ao sujeito autista, referido em seu artigo 2º: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.” Tendo em vista esse desígnio, a partir de 2012, tornou-se indubitavelmente assegurado ao sujeito com TEA os mesmos direitos dos sujeitos com deficiência em âmbito nacional.

Mediante o exposto, constitui-se crucialmente fundamentar o percurso das Pessoas com Deficiência (PCD), concebe- se essencialmente desfrutar a sapiência da concepção no que tange o princípio da história humana. No que diz respeito, aos PCDs, esses eram negligenciados pela sociedade, além do mais, eram alvos de hostilidades preconceituosas. Inopinadamente, a preocupação dos sujeitos com essas pessoas, sucedeu em virtude do fim da segunda guerra mundial (1945-1949). Para Barros, Martins, Matos, Oliveira, Pacheco, Rê e Santos 2021, a solicitude adveio em decorrência de demasiados sujeitos

tornaram-se deficientes físicos, para tal intuito, a sociedade buscou medidas que incluíssem esses na comunidade.

Ademais, salienta-se as primeiras normativas de cunho inclusivo em esfera internacional, com o advento da Declaração dos Direitos Das Pessoas Deficientes, proclamada na Assembleia Geral das nações unidas em 1975, onde prevê como garantia o direito no qual “as pessoas deficientes serão protegidas contra toda a exploração, todos os regulamentos e todos os tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante”. Além disto, para a Assembleia Geral das Nações Unidas 1975:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível (Assembleia Geral das Nações Unidas 1975).

Em conformidade com a declaração descrita acima, a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (Declaração de Jomtien) de 1990, no intuito de satisfazer as necessidades educacionais globais, almejou incluir o sujeito com deficiência em suas metas educacionais. Levando em consideração esses aspectos, cada país teria como objetivo determinar suas metas de acordo com as dimensões propostas na declaração. A primeira proposta da Declaração de Jontiem 1990 visava: “Expansão dos cuidados básicos e atividades do desenvolvimento infantil, incluídas aí as intervenções da família e da comunidade, direcionada especialmente às crianças pobres, desassistidas e portadores de deficiências.”

Por outro lado, a Declaração de Salamanca de 1994, emergiu com o propósito de propiciar políticas voltadas à área de educação especial. Objetivando a educação para todos, tendo como foco promover indicadores que garantam medidas a serem adotadas por cada governo no auxílio ao desenvolvimento do indivíduo com deficiência. A declaração conclui que todo sujeito tem características singulares intrínsecas do ser e que cada sujeito necessita de uma aprendizagem adequada ao seu particular. Para a Declaração de Salamanca 1994, em sua estrutura de ação em educação especial:

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. (Declaração de Salamanca 1994)

Conforme normativas nacionais, consoante com o art. 6 da Constituição Federal de 1988 a infância é um direito social. Nesse sentido, cabe enfatizar suas metas e diretrizes na garantia dessa previsão legislativa. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 2017 garante o acesso a crianças com deficiência em atendimentos especializados, sem discriminação ou segregação. Analogamente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a necessidade de práticas pedagógicas de cunho inclusivo a esses sujeitos, em conformidade, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) prevê acessibilidade aos recursos didáticos para os sujeitos. Para tanto, a Resolução CNE/CEB Nº2, de 2001 que impugnou diretrizes da educação, em seu artigo 1º, parágrafo único, evidencia quanto o atendimento escolar às crianças com deficiência logra no início da educação infantil.

Consoantemente, A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu capítulo V aborda a educação especial, para tanto, no Art. 58 com ênfase no § 3º traz que que a educação especial necessita ser ofertada desde a educação infantil, em concordância o art 59º da LDB em seu primeiro ponto desenvolve que é imprescindível na educação especial: “– currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.



Em conformidade o Estatuto da Pessoa com Deficiência 2019 , assegura os direitos individuais de cada sujeito, em seu artigo 27º parágrafo único, declara que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, como também afirmam a promoção de programas de formação continuada especializada para os educadores com a finalidade de obter êxito no atendimento educação especializada. Em consoante com o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu art 28º inciso III:

projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu art 28º inciso III).

O Brasil em 2011 promulgou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no intuito de promover garantias de direitos ao acesso à educação, é de direito a convivência, inclusão, autonomia e acesso às oportunidades, por conseguinte, é disponibilizado o atendimento educacional especializado, aos que necessitarem, é direito da pessoa com deficiência o acesso a sala de recursos, além da formação do docente.

Com o advento do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, abordou preceitos que garantem a educação especial, como a garantia ao acesso, a não exclusão no sistema educacional, adoção de medidas de apoio, suporte técnico e financeiro, como também individualizados e efetivos. Bem como em seu art 7º o Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A Política Nacional de Educação Especial 2008 afirma seus objetos na inclusão escolar da pessoa com deficiência. Além do mais, O Plano Nacional de Educação PNE 2014, por sua vez Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, possui

vigência decenal, em suas diretrizes patentei a superação das desigualdades, no qual possui como intuito debelar as formas de discriminação, bem como em seu art 8º em especial no III do § 1º “garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;” bem como, destaca-se estratégias da primeira meta na qual visa priorizar o ensino infantil, tal como o atendimento educacional especializado.

O Plano Distrital de Educação (PDE) 2015 possui como segunda meta “Implantar estratégias de acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, transitórias ou não, estabelecendo o número de estudantes por sala”. Em conformidade com o disposto pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, no qual garante o profissional qualificado.

A meta 4 do PDE visa Universalizar o atendimento educacional aos discentes com deficiência, para tanto, para a garantia dessa meta, faz-se necessários estratégias que são expostas no documento, bem como, assegurar salas de recursos, ofertar recursos pedagógicos, no auxílio do desenvolvimento do sujeito, bem como, garantia de promover a articulação pedagógica com intuito da inclusão, ampliar as vagas no atendimentos especializados, tal qual, promover formação continuada, pesquisas com o objetivo do pleno desenvolvimento do ser.

O direito da pessoa com autismo, é de conformidade das pessoas com deficiência descritas em leis acima, consoante a essas, em 2012 foi sancionada a LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, no qual visa a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro do Autismo. Para a garantia desta lei as diretrizes são essenciais: à vida digna, integridade tanto física, quanto moral, tal como, atendimento especializado, diagnóstico precoce. em seu art3º-A garante à pessoa com autismo o direito à carteira de identificação. “É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cpa), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. (Incluído pela Lei nº 13.977, de 2020)”

Outrossim, faz-se necessário evidenciar o transtorno do espectro autista (TEA), um dos primeiros estudos acerca desse transtorno dirigiu-se por Kanner 1943, esse instituiu inicialmente a denominação de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Kanner em seus estudos constatou características comportamentais específicas desses indivíduos, especialmente baixa interação social, e complexidade na linguagem falada.

Ademais, o autismo é uma disfunção no qual caracteriza-se por um distúrbio do neurodesenvolvimento, no qual acarreta em adversidades para os sujeitos e resultam em problemáticas em seu convívio social. Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013) O Transtorno do Espectro Autista é definido como um conjunto de anormalidades do comportamento, caracterizado por prejuízo da interação e da comunicação social, acompanhado por repertórios restritos e repetitivos de comportamentos, atividades e interesses. Este transtorno se manifesta nos três primeiros anos de vida e persiste na vida adulta

Ainda sobre as definições do TEA, segundo o DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos.

Por sua vez, de acordo com Greenspan e Wieder o autismo é um transtorno do desenvolvimento complexo, envolvendo atrasos e comprometimentos nas áreas de interação social e linguagem, incluindo uma ampla gama de sintomas: emocionais, cognitivos, motores e sensoriais (Ferreira e Corrêa apud Greenspan & Wieder, 2006). O TEA afeta aspectos do desenvolvimento, social, afetivo, motor, como também da linguagem. Greenspan (2011) apontam: “autismo é uma desordem relacionada à comunicação e não uma desordem relacionada a comportamentos que devem ser extintos” (p. 7). Por sua vez o APA (2013) apud Zanon et al (2014):

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas

nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar

28

o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

Inclusive, pode-se afirmar que a criança com autismo possui impasses singulares, estudo feito por Harmon (2015) foi possível observar que o cérebro do sujeito autista possui impasses de associação, transcorrendo em adversidades em comportamentos sociais, sendo esses, dificuldade no domínio da linguagem, interação social, como também os comportamentos restritos e repetitivos, o TEA possui divergências características de perturbações em seu neurodesenvolvimento. Vygotsky em sua Teoria Histórico-crítica aborda quanto a deficiência que essa não limitava a criança, como também, considera que sua progressão advém por aspectos distintos das típicas.

Convém ressaltar, a relevância da compreensão dos códigos, Para Herrera, a comunicação de sujeitos com TEA é afetada, tanto na linguagem falada, como também na gestual, no que se refere ao desenvolvimento intrínseco do ser, a linguagem, portanto, é de demasiada necessidade ao homem, o sujeito com TEA possui dificuldades na promoção da aquisição dessa habilidade. Relativamente a esses sujeitos é árduo manter uma conversa, assim como expressar-se por intermédio da fala. Além do mais, muitos autores, acreditam que os autistas não expressam por intermédio da fala, pois não compreendem os códigos de linguagem: Para Baptista e Bosa 2002:

Muitas vezes ausência de respostas das crianças deve-se a falta de compreensão do que esta sendo exigido e não de uma atitude de isolamento e recusa proposital. A continua falta de compreensão do que se passa ao redor, aliada à escassa oportunidade de interagir com crianças "normais" é que conduziria ao isolamento, criando, assim, um círculo vicioso. (BAPTISTA E BOSA ,2002, p.32).

No que tange a interação social o sujeito em questão possui diversidade no que concerne a convivência social, Para a Residência Pediátrica 2018, o problema advém, visto que as relações interpessoais não transcorrem de modo típico, uma vez que o sujeito autista se expressa de modo social considerado inadequado, tal como, são resistentes em compreender regras sociais.

Finalmente no que diz respeito ao comportamento restrito e repetitivos com referência na residência pediátrica, é possível transcorrer de demasiadas formas,



podendo suceder-se a ecolalia, ou seja, falas repetidas de modo mecanizada,

29

podendo ser momentaneamente ou de modo tardio, ademais, tem o movimento estereotipado, movimento de mãos, palmas, andar na ponta dos pés, estalar os dedos, que pode ocorrer quando o sujeito, encontra-se animado, feliz, chateado ou estressado. como também, ter estranheza a textura, gostar de estímulos sensoriais, como luzes.

Levando em consideração esses aspectos cabe destacar as principais dificuldades do autista. Convém evidenciar o Instituto Nacional de Ensino apud Wing e Gould 1979 no qual caracteriza o comprometimento das habilidades de divergentes intensidades a depender do sujeito, . Considerando as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) esses sujeitos possuem questões internas que dificultam o processo social. Cabe destacar o Instituto Nacional de Ensino nda p. 5

O indivíduo com transtorno de desenvolvimento autista apresenta uma enorme dificuldade de interação social. Para ele o olhar dos outros, os sons, os movimentos e o “falatório” provocam um “curto circuito” que as vezes deixam inseguros e desorientados.

Conjeturando a Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo, cabe evidenciar as principais características do sujeito com TEA. em primeiro ponto, cabe salientar a problemática da conduta social, visto que esses possuem dificuldades, bem como manter o contato visual sustentado, para Marinho e Merkle 2009 é difícil esses se relacionarem por intermédio do contato visual, ademais, os sujeitos, de modo geral buscam o olhar para do outro, entretanto, sujeitos autistas, possui pouca resposta no contato com os demais.

Outrossim, no que corresponde a atenção, essa é escassa, isto posto, cabe acentuar a atenção sustentada, bem como a atenção compartilhada, no que se refere aos termos conceitua-se respectivamente, para o Neuro Blog 2020, “A atenção sustentada representa a capacidade do indivíduo de sustentar seu foco em uma atividade repetitiva e contínua, por um longo período de tempo”, por sua vez, Para Kerches 2020:

A atenção compartilhada (AC) é a habilidade de coordenar a atenção entre dois parceiros comunicativos sociais em relação a um terceiro referencial externo, como uma abstrata atividade. (Tomasello, 2003)

referencial externo, como um objeto, atividade (Tomaseiro, 2003)

30

engajando, assim, em uma mesma atividade com o outro, possibilitando o compartilhamento de experiências.

Uma característica predominante é o modo de brincar, pois esse é distinto das outras crianças, costumam apreciar objetos que giram, sem dar funcionalidade ao brinquedo. De acordo com Marinho e Merkle 2009 o sujeito não interage bem como os pares.

Por conseguinte a área do pensamento também é prejudicada, e acordo com Marinho e Merkle 2009 p. 6091 e 6092, o faz de conta presente nas crianças típicas, não se faz vigentes nos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, segundo os autores, essa ausência ocorre: "(...) pois não percebem o objeto inteiro, mas só uma parte, um detalhe, e não entendem para que serve o brinquedo.

Ademais, cabe evidenciar a ecolalia como característica predominante, Para Lamônica (1992) cerca de 75% dos sujeitos com TEA possuem repetição de falas, ecolalia, momentaneamente ou de modo tardio, Lamônica (1992, p.3) considera que isso ocorre pela falta da compreensão da linguagem, porém a criança almeja compreender, para tanto, essa verbaliza o que foi dito no intuito da fala fazer sentido, "como se a criança quisesse voltar às verbalizações para compreender seu conteúdo".

Além disso, apresentam seletividade alimentar, Para Bertacco, Borges, Bubolz, Marques, Moraes e Muniz e 2021 p. 44:

"A alimentação seletiva de indivíduos com TEA é atribuída a comportamentos atípicos durante as refeições, com a expressão de algumas aversões alimentares (...). Com esse propósito, muitos possuem ingestão nutricional baixa, em decorrência ao seu condicionamento alimentício.

Ademais, sua fala gestual é baixa, com esse objetivo, o indivíduo com transtorno do espectro autista, possui impasses em demonstrar sinais tanto de identificar, tal qual demonstrar emoções. Nesse sentido, para o Instituto Neuro Saber 2021 "Para crianças com autismo, a capacidade de identificar uma emoção com base na expressão facial não é suficiente; também precisamos ensiná-las como cada emoção as fará sentir."

No que tange a mudança de rotina, esses são inflexíveis a tal oscilação, Para a Faculdade de Medicina UFMG 2020:

Com mudanças na rotina, pessoas com TEA podem apresentar alterações no padrão do sono, maior ansiedade e irritabilidade. Apesar de não serem sintomas comuns apenas às pessoas com autismo, os impactos podem ser sentidos de maneira mais intensa por elas.

Além disso, possuem dificuldades com a coordenação motora, o sujeito com TEA possui dificuldades na aquisição de habilidades de coordenação. Para a residência pediátrica 2018: “manifesta principalmente como dificuldade em realizar movimentos de coordenação motora fina, no uso de ferramentas e no aprendizado de habilidades motoras complexas” .

Por sua vez, o APA, traz características, como, que as crianças às vezes apresentam comportamento agressivo e destrutivos, indiferente e arredo, resistência ao aprendizado, contato físico, como também, possuem apego exagerado a objetos, além disso, usam sujeitos como objeto.

Ademais, o hiperfoco é particularidade proeminente do autista, uma vez que esses possuem afeição acentuada por determinado, tópico. Para o Trilico 2022: “hiperfoco é um fenômeno que reflete a absorção de uma pessoa por determinada tarefa, de tal forma que ela chega a ignorar completamente o ambiente ao redor ou “se desligar” de todo o resto.”

Nesse sentido, os sintomas são percebidos por sujeitos próximos às crianças desde muito novas, o início dos sintomas aparece no primeiro ano de vida, as características são aparentes em suas ações, Para a Associação dos Amigos dos Autistas (AMA) 2012 os sintomas são notórios antes do 3 anos de idade, sendo assim, o diagnóstico poderá ser realizado por volta dos 18 meses de vida do indivíduo. Para tal propósito, o diagnóstico sucede por observações de profissionais qualificados, a identificação é de extrema importância, para que o sujeito contemple todos os seus direitos, e acesse ao tratamento para o seu pleno desenvolvimento particular.

No que tange o desenvolvimento infantil autores auxiliaram no processo das descobertas de tal progressão. O escrito em primeiro ponto dará ênfase em Skinner para compreender a promoção infantil. Em relação ao autor, esse era behaviorista radical, categoriza-se behaviorismo a ciência relativa ao estudo dos comportamentos sociais, Baum assegura no que concerne aos especialistas que

estes não consideram a definição sendo restrita, mas, em contraponto,

32

concordam no fato da ciência ser atinente ao comportamento, Skinner, portanto, considerava estudar fenômenos não observáveis, com foco no comportamento. Suas pesquisas, eram voltadas ao coeficiente ambiente e seus fatores na mudança interpessoal. Para Hübner 1998 respaldado em Skinner o ensino se faz importante, pois sem a decorrência desse o comportamento não aconteceria, Para Skinner 1989:

Por séculos, foi-nos dito que nos comportamos de uma dada maneira por causa de nossos sentimentos. Mas o que sentimos não é causa iniciadora. Não choramos porque estamos tristes ou nos sentimos tristes porque choramos; nós choramos e nos sentimos tristes porque algo aconteceu. (SKINNER, 1989, p. 4).

Logo, Segundo BETTIO e LAURENTI p. 97 APUD ABIB 2001 para Skinner, o desenvolvimento humano perpassa por mudanças de comportamento no qual, portanto, visam uma direção, um quociente significativo, mas não almejam o resultado final consistindo na perfeição, uma vez que se faz necessário o reforçamento de acontecimentos ocasionais, no qual é vivido singularmente e percebido de modo particular por cada sujeito.

Em conformidade com Skinner, Vigotski por sua vez, visava compreender o desenvolvimento, com ênfase na infância, esse é interacionista, ou seja, concebia que os fatos biológicos e ambientais influenciam na aprendizagem dos seres, por sua vez, concebia que os fatores culturais se sobressaiam no desenvolvimento pessoal.

Para compreender os feitos de Vigotski cabe entender o nível de desenvolvimento real, no qual seria o resultado do desenvolvimento da criança de determinado fator, o segundo nível é o desenvolvimento potencial para PRESTES 2012 {...} é exatamente aquilo que a criança consegue fazer com ajuda do adulto {...} (PRESTES, 2012, p. 193). Ao final de ambos os níveis a criança alcança o nível de Zona do Desenvolvimento Proximal. Melo; Silva; Bonfim; Sousa e Junior, p. 360. 2020

A ZDP consiste em um espaço simbólico entre aquilo que o sujeito (no caso da Psicopedagogia, o aprendiz) consegue realizar no momento atual com auxílio de outra pessoa, que já detém tal conhecimento, e aquilo que em breve ela conseguirá realizar de forma autônoma.



Vygotsky afirma que o desenvolvimento do indivíduo transcorre pelo viés da sociedade. Sua teoria histórico-cultural, permeia pelos processos de aprendizagens, esse buscava compreender os impasses dos seres com dificuldades na aprendizagem. Tal como, buscava compreender que a deficiência não limitava o ser, era apenas o fator biológico desse. Conforme Bonfim; Junior; Melo; Silva; Sousa 2020. Vigotski não focava na deficiência propriamente dita, mas em como o fator cultural proporcionou condições para mediar o fator.

Vygotsky considera que o sujeito em todo o seu processo é um ser ativo, no qual necessita de mediações para atingir seu pleno desenvolvimento, considera cada ser com suas particularidades, contudo, afirma que o sujeito não é só biológico, pois o cultural influencia em seu processo de desenvolvimento, cada ser irá aprender conforme suas particularidades, o importante é o processo, e não o resultado final e com auxílio compartilhará da Zona de Desenvolvimento Proximal.

O sujeito com Transtorno do Espectro Autista, necessita, portanto, da mediação do profissional qualificado, o pedagogo, por sua vez, esse é o sujeito que assessora o desenvolvimento da aprendizagem infantil, no intuito do seu progresso de modo efetivo, cabe ao docente habilitado realizar o atendimento especializado, com intuito da promoção de habilidades essenciais ao sujeito com TEA. Para Vygotski 2004:

Quando pela primeira vez esbarram nesse fato e mostram que as crianças com o mesmo nível de desenvolvimento mental são capazes de aprender sob a orientação do pedagogo em dimensões inteiramente diversas, ficou claro que elas não são da mesma idade mental e, evidentemente, o seu destino no processo de aprendizagem deverá ser diferente (2004, p. 501).

Em relação a abordagens imprescindíveis ao TEA cabe destacar a Análise do Comportamento Aplicada (ABA - abreviação de Applied Behavioral Analysis), seu primeiro estudo ocorreu em 1979. Para o Instituto Nacional de Ensino categoriza-se o ABA sendo uma análise no qual pretende explicar a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem. De acordo com Mello 2001, ABA é a ciência no qual visa ensinar às crianças habilidades

específicas para sua singularidade, com intuito dessa adquirir novas habilidades de modo positivo.

Para o Grupo Conduzir Intervenção Comportamental a ciência possui como viés o ensino de habilidades sociais essenciais na vida dos sujeitos, para que estes tornem-se autônomos, como também participem de sua cultura e de grupos interpessoais. Para o Grupo Conduzir Intervenção Comportamental.

uma intervenção em ABA não se restringe a um conjunto de intervenções que são aplicadas de forma uniforme a diferentes indivíduos e sim um vasto conjunto de tecnologias que devem ser utilizadas para compor uma intervenção individualizada, com revisões constantes para o estabelecimento e restabelecimento de novas metas e objetivos.

ABA é um ciência oriunda do Behaviorismo, para tanto Farinha 2015 Apud Skinner 1953 o condicionamento operante refere-se a “qualquer comportamento activo que opera no ambiente de forma a gerar consequências”. Ou seja, possui como objetivo aprimorar a habilidade do comportamento.

Para discorrer sobre o ABA cabe conceber o ensino por Tentativa Discreta (DTT), método aplicado à ciência em questão, baseado em evidências, tal é acometido por demasiadas tentativas de um mesmo procedimento. As aquisições de conhecimento são divididas e aplicadas de acordo com a necessidade de aprendizagem de cada indivíduo. Para Piuzana 2020, “o terapeuta define qual será o antecedente e a consequência e dá ajuda caso a resposta não aconteça espontaneamente.” Para Souza e Varella 2018 p. 75: “O procedimento consiste em apresentações repetidas de um número pré-determinado de tentativas, com cada tentativa definida(..) por sua vez, para Ghezzy 2007, é um método favorável ao aplicador que poderá manusear o percurso da aprendizagem de modo a favorecer o aprendiz.

Para a aplicação há recomendações: Segundo LEAF, CIHON, e McEACHIN 2016 apud Grow & LeBlanc, 2013 p.362:

A) fornecer instruções simples (por exemplo, “bola” em vez de “Tocar na bola”), B) não variar as instruções nas tentativas, C) aderir a um tipo específico de dica ou sistema de dicas e seu esvanecimento, D) evitar dicas de estímulos extras, E) favorecer o aprendizado sem erro e evitar a correção de erros, F) sempre usar dados experimentais, G) usar uma progressão fixa como testes concentrados para ensaios expandidos com

progressos na forma de testes concentrados para crianças expandidas com

35

rotação aleatória e H) apenas ensinar em um ambiente estéril/sem distrações. LEAF, CIHON, e McEACHIN 2016 apud Grow & LeBlanc, 2013 p.362.

Durante as tentativas se faz necessário, o intervalo, nesse momento é imprescindível que ocorra o reforço, e para Moreira e Medeiros (2007, p. 51), designa-se como: “é o tipo de consequência do comportamento que aumenta a probabilidade de um determinado comportamento voltar a ocorrer”.

No que se refere aos métodos, cabe salientar a PECS Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (Picture Exchange Communication System) desenvolvida nos Estados Unidos em 1985, esse é um modo de comunicação por intermédio de imagens. Para Vieira 2009, esse sistema é para auxiliar na mediação, entre os sujeitos com baixa ou com fala limitada, esse canal possibilita a comunicação alternativa, suscitando voz ao sujeito. Como também, afirma que se faz necessário a implementação por profissionais qualificados, no intuito de promover a comunicação funcional.

Ademais, Segundo Marinho e Merkle 2009 p. 6092 as PECS: (...) apresenta resultados inquestionáveis na comunicação através de cartões em crianças que não falam, e na organização da linguagem verbal para as crianças que falam, mas que precisam organizar a linguagem. Para Walter P. 314 (..) sendo indicado para pessoas com TEA ou outros déficits severos na comunicação oral que apresentam dificuldades para iniciar um diálogo de forma espontânea ou inabilidades sociais graves. Para Walter P. 315:

Com o objetivo de selecionar as figuras correspondentes aos itens mais relevantes para cada aluno, os professores poderão checar se tais itens são, de fato, interessantes no momento em que estiverem interagindo com o aluno, ou seja, mesmo que tenha sido considerado relevante previamente, o item pode não ser do interesse do aluno posteriormente.

Outro método utilizado seria o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*), ou seja, Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit relacionados com a Comunicação. Esse é utilizado no auxílio da intervenção do aprimoramento do diálogo. O método realiza uma avaliação PEP-R (Perfil Psicoeducacional

Revisado) no qual visa identificar as principais dificuldades do sujeito, para a partir

36

desse conhecimento elaborar um plano individualizado, no intuito de auxiliar na erradicação das dificuldades.

Para Rodrigues, 2017 é uma prática psicopedagógica, “O TEACCH se baseia na adaptação do ambiente para facilitar a compreensão da criança em relação a seu local de trabalho e ao que se espera dela. “Para tanto Gomes e Silva 2017 afirmam:

Neste método a programação individual de cada aluno é uma das ferramentas essenciais, pois possibilita o entendimento do que está ocorrendo, propicia confiança e segurança. As dificuldades de generalização indicam a necessidade de rotina clara e previsível. Indica visualmente ao estudante quais tarefas serão realizadas, além de instrumento de apoio para ensinar o que vem antes, o que acontece depois, proporcionando o planejamento de ações e seu encadeamento numa sequência de trabalhos.(GOMES E SILVA ,2007, p.3).

No que concerne às abordagens, bem como os métodos esses aludem predominantemente a aquisição da habilidade referente a linguagem, no que tange o ABA, PECS, bem como os TEACCHES, esses são primordiais no desenvolvimento do indivíduo autista, pois a compreensão dos códigos permitem a socialização e a promoção do ser em suas potencialidades, para tal intuito é essencial a mediação do docente, no qual esse viabiliza a intercessão no ensino e explora as competências do sujeito para o progresso não apenas individual, como também social.

## **CAPÍTULO 2 – Uma perspectiva histórico-cultural**

No intuito de refletir sobre a relevância da mediação docente em relação ao desenvolvimento humano de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), será utilizado o suporte da perspectiva histórico-cultural de Lev Vigotski. Alicerçada na obra do autor serão enfatizadas as implicações no desenvolvimento humano para orientar o atendimento educacional especializado. Também, é relevante para este trabalho apontar a perspectiva de desenvolvimento humano e de educação que embasa o olhar da pesquisadora, uma vez que o objetivo do trabalho é justamente compreender o lugar ocupado pelo pedagogo no desenvolvimento de crianças com espectro autista, no atendimento educacional especializado. Assim, ainda que de maneira breve, este capítulo intenciona brevemente contextualizar os fundamentos teóricos que constroem a compreensão dos conceitos de educação, desenvolvimento humano típico e atípico.

### **2.1 – História pessoal e pressuposto teórico de Lev Vygotsky**

Lev Semionovich Vigotski foi um importante pesquisador e teórico da psicologia da educação, que perpassou por diversas áreas do conhecimento, sendo o precursor da e um enfoque psicológico das relações sociais no desenvolvimento do ser pelo enfoque histórico-cultural. Nasceu na Bielo Rússia em 1866, formou-se em direito em 1918 pela Universidade de Moscou. Em consonância ao seu curso de Direito participou de estudos de história e filosofia, adquiriu interesse pelo processo de desenvolvimento da aprendizagem, e graduou-se em Medicina, concebeu uma psicologia inovadora na qual compreendia o desenvolvimento humano e a educação. Em 1924 trabalhou no Instituto Estadual de Psicologia, seu trabalho resultou em prestigiadas publicações científicas. em 1926 o autor criou um Laboratório médico pedagógico no intuito de analisar crianças com dificuldades de aprendizagem em parceria com outros pesquisadores e pensadores.

As teorias vigotskianas surgem em sentido contrário aos modelos existentes, mecanicista e organicista, predominantes no século XX (PEREIRA, p. 59, 2022). O autor concebeu que o desenvolvimento não acontece, respectivamente, de forma determinista (mecanicista) nem automática ao longo do crescimento corporal (organicista), mas por um processo histórico-cultural, sendo assim, “Vygotsky estrutura sua teoria com ênfase na contribuição da cultura, da integração cultural e da dimensão histórica” (Severo e Becker p.1 s/d)

A teoria de Vigotski procurou compreender os processos psicológicos pela forma como elementos estruturantes do comportamento como atenção, memória, linguagem e imaginação e a forma como se transformam ao longo de uma trajetória de vida em contexto cultural, ou seja, por intermédio de signos e em contexto social (SILVA, 2017, p. 24). Os aspectos biológicos e culturais do desenvolvimento se alteram dialeticamente: “Para o autor a relação entre as duas linhas de desenvolvimento (natural e cultural) é dialética; os aspectos biológico e social, dessa forma, se articulam para a ocorrência da constituição do humano.” (Pereira, p. 59, 2022). No intuito de compreender o desenvolvimento humano na percepção de Vigotski cabe salientar os dizeres de Silva (2017, p. 21):

Para explicar o desenvolvimento do psiquismo humano, Vigotski (2000) destacou três ideias basilares que fundamentaram sua teoria: a) as funções mentais superiores detêm substratos biológicos, no entanto, não se limitam às condições naturais (elementares) do desenvolvimento humano, sendo transformadas culturalmente (Delari, 2015; Oliveira, 1997; Vigotski, 2000); b) o desenvolvimento do psiquismo humano tem sua matriz nas relações sociais construídas historicamente entre o sujeito e o meio (Góes, 2000; Oliveira, 1997); e c) a relação do sujeito com o meio é mediada por sistemas simbólicos: os signos, os instrumentos e o outro (Facci, 2004; Oliveira, 1997; Smolka, 2000)

Portanto, o comportamento humano não possui somente o caráter biológico, mas ocorre na integração da criança em âmbito cultural, isto é, em suas relações interpessoais. Nos dizeres do próprio autor, “Qualquer função psicológica superior foi externa” (Vigotski, 2000, p. 24), logo, foi necessária a relação social, para assim obter aprendizado, e por fim tornar-se comportamento humano. Isto permite afirmar que para que é constitutivo do desenvolvimento humano as relações de educação, dentro e fora de instituições educacionais, como guia e motor deste desenvolvimento.

## 2.2 – Aprendizagem no processo educacional: contribuições teóricas de Vigotski

Com a finalidade de compreender a crucial relevância da educação, enfatiza-se a contribuição de Vigotski, cuja teoria informa que as crianças aprendem desde antes de adentrar ao espaço escolar por relações sociais simbólicas que acontecem em seu convívio familiar e outros espaços. Ao ingressar em instituições de ensino, estas agregam aos aprendizados ampliando o contato com elementos constitutivos da cultura, posto que “A aprendizagem é um processo contínuo e a educação é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro, daí a importância das relações sociais” (COELHO & PISONI, 2012, p.148). Para Coelho e Pisoni 2012:

A escola se torna importante a partir do momento que dentro dela o ensino é sistematizado sendo atividades diferenciadas das extraescolares e lá a criança aprende a ler, escrever, obtém domínio de cálculos, entre outras, assim expande seus conhecimentos. (COELHO & PISONI, 2012, p.149)

Para o desenvolvimento humano os elementos culturais que compõem os processos educativos transformam a maneira de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Por exemplo, um signo como a palavra torna-se um meio para expressar o pensamento, torna-se um meio para comunicar-se com outras pessoas, torna-se um meio que possibilita o registro escrito. Os elementos culturais realizam a mediação entre pessoa e a transformação do seu próprio comportamento, entre pessoa e o convívio social.

Logo, é imprescindível destacar a relevância da intermediação, visto que “Para Vygotsky o conceito de mediação é o elemento central para a compreensão do desenvolvimento e do funcionamento das funções psicológicas superiores (STRIKER, 2017, p.142).” Diante o exposto, constitui-se significativo dado que “A mediação era vista por Vygotsky sob os aspectos: signo, palavra e símbolo.” (MARTINS E MOSER, 2012, p. 11).

Assim sendo, no espaço escolar a partir da relação entre adultos e crianças, o mais importante sucede “na relação entre



sujeito-conhecimento-sujeito” (SFORNI, 2008, p. 1). Em seguimento, o docente

40

necessita planejar meios nos quais proporcionam que a consciência do estudante se volte para as atividades e experiências da proposta escolar de tal modo que oportunize mediar a relação entre o conhecimento que alicerça a aprendizagem (GALUCH; SFORNI, 2009), Sendo que para Vigotski “Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2002, p. 26). Em concordância Oliveira 2002:

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p. 33)

A aprendizagem necessita da relação social, por intermédio dos signos e elementos culturais que caracterizam o comportamento humano. (MARTINS E MOSER, 2012, p.10). A partir disto ocorre relação com os signos ao conduzir o comportamento para “experimentar, observar, analisar, diferenciar e generalizar, descrever e definir qualitativamente” (VYGOTSKI, 1997, p. 11).

Para o desenvolvimento de crianças, um aspecto relevante do desenvolvimento acontece através da imaginação e da criação pela atividade da brincadeira. As relações sociais e afetivas tornam-se experiências acionadas e tensionadas durante o brincar. Para Pino, a significação dada na vida social exterior é interiorizada e, combinada, manipulada e exteriorizada pela imaginação, expõe a concretização de atividades conscientes que contribuem para a configuração do comportamento e de uma visão de mundo. (PINO, 2012; SILVA, 2012). “Para a imaginação é importante a direção da consciência, que consiste em se afastar da realidade, em uma atividade relativamente autônoma da consciência, que se diferencia da cognição imediata da realidade” (VIGOTSKI, 1998, p. 129). Nesse sentido para Steinle:

É possível inferir que todo processo de imaginação infantil só pode ocorrer com base nas experiências sociais vividas e apropriadas pela criança, experiências provenientes do universo real da criança e das suas relações com as pessoas e com os objetos culturais à sua volta (STEINLE, 2013, p. 114).



Vale enfatizar que o processo da brincadeira “não é uma mera reprodução; é também a produção de algo novo.” (SILVA, p.39, 2017). Visto que é com intermédio desta atividade que a criança interioriza as aprendizagens do meio social, sendo que “O brincar é a maior e melhor manifestação da criança sobre sua compreensão e seu conhecimento sobre o mundo.” (BOURSCHEID E TURCATTO). O próprio autor estabelece a brincadeira como atividade voltada para o surgimento de novas formas de comportamento na trajetória das crianças. “O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação(...)” (VIGOTSKI (1987, p.37).

Além do mais, Vigotski considerava que a brincadeira não era para satisfação pessoal, mas sim para a compreensão das relações culturais da criança. “A brincadeira indica a importância de se descobrir as necessidades que satisfazem a criança, para que assim seja possível aprender a peculiaridade da brincadeira como forma de atividade” (AMARAL, 2010, p. 129). Logo, A brincadeira infantil é, um espaço de apropriação da cultura, como também das relações e práticas sociais (Smolka, 2009, p. 16). Leontiev afirma:

Uma necessidade de agir como um adulto surge na criança, isto é, de agir da maneira que ela vê os outros agirem, da maneira que lhe disseram, e assim por diante. Ela deseja montar um cavalo, mas não sabe como fazê-lo e não é ainda capaz de aprender a fazê-lo; isto está além de sua capacidade. Ocorre, por isso, um tipo de substituição; um objeto pertencente ao mundo dos objetos diretamente acessíveis a ela toma o lugar do cavalo em suas brincadeiras (Leontiev, 2014, p. 125).

Ademais, cabe salientar que as brincadeiras não são unicamente uma réplica das atitudes dos indivíduos que a cercam, mas devido à existência da organização da realidade em desenvolvimento, também reconfiguram as maneiras como a criança irá entender a si e seu contexto ao se apropriar do mundo no qual está inserida.

Ao brincar, ela aprende a ser e agir diante das coisas e das pessoas, pois é a partir das ações práticas realizadas que os processos internos se estruturam, orientando outras ações práticas, mais autônomas e complexas, que enriquecerão os processos internos e assim sucessivamente. Portanto, as brincadeiras infantis destacam-se no vasto campo social que circunscreve a vida da criança e que representa a base do desenvolvimento de todos os atributos e propriedades humanas (MARTINS, 2006, p. 39).

A criança irá experienciar perspectivas que fundamentam sua transformação, tais como compreender as diferenças, respeitar o próximo, bem como o autocontrole e a cooperação (BOURSCHEID E TURCATTO). Portanto, constitui-se crucial na promoção do ser a instrução, uma vez que “A aprendizagem apresenta-se como o processo que viabiliza a introdução das crianças na esfera social e a sua apropriação da cultura” (Pereira, 2022, p. 61)

Para Vigotski (2007, p.103) “aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”. A aprendizagem, portanto, está eminentemente relacionada ao desenvolvimento.

Em suma, Vigotski estudou amplamente o desenvolvimento humano, e destaca que é por intermédio da aprendizagem “que faz nascer, estimula e ativa na criança um grupo de processos internos de desenvolvimento no âmbito das inter-relações com outros” (VIGOTSKI, 2006, p. 115). De acordo com os seus pensamentos, o autor assegura que o “aprendizado adequadamente organizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros” (VYGOTSKY, 2007, p. 103). Esta característica demonstra a passagem de elementos externos, culturais e em processos educativos, para a organização interna das crianças.

toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, a princípio entre os homens como categoria intersíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica” (VIGOTSKI, 1931/2012, p. 150)

Assim, a cultura e a educação são alicerces para o desenvolvimento e, por consequência, adultos são alicerces para que o bebê se desenvolva, pois nessa etapa eles são os braços, como também as pernas, das crianças (VIGOTSKI, 1931-1933/2012). A interação entre pessoas é uma característica da constituição humana, e a observação de seus princípios para a educação orienta a atividade pedagógica, conforme Vigotski quando assinala que “o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (2016, p. 114).

Dada a relação do desenvolvimento com os signos da cultura e suas

relações sociais, cabe ponderar o desenvolvimento de crianças atípicas.

### **2.3 – Lev Vigotski e a concepção da pessoa com deficiência**

Lev Vigotski dedicou-se a compreender o desenvolvimento humano, em sua carreira interessou-se também pelo processo de desenvolvimento de pessoas atípicas, dado que “é preciso traçar e compreender o problema da defectividade infantil, na psicologia e na pedagogia, como um problema social” (VYGOTSKI, 1997, p. 74). Para o autor, uma deficiência “não apenas modifica a relação do homem com o mundo, mas, antes de tudo, se manifesta nas relações com a pessoa” (VYGOTSKI, 1997, p. 73). A sociedade é organizada por relações históricas de poder que, orientadas por uma concepção hegemônica de ser humano típico, impõe estereótipos capacitistas sobre pessoas com desenvolvimento atípico que resulta em falta de visibilidade e reconhecimento em instituições sociais, relações sociais, apoio material, adequação arquitetônica, e até mesmo em educação adequada.

Apesar dos modos com que se percebe a deficiência na sociedade, essa não anulara o desenvolvimento das pessoas, mas incide sobre seu desenvolvimento, gerando atenção para mecanismos mediadores distintos para que possam se apropriar da cultura (ABREU & PEDERIVA, 2022 p.51). Segundo Vigotski “a criança cujo desenvolvimento está complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus colegas normais, mas desenvolvida de outro modo” (VYGOTSKI, 1997, p. 12). Em Fundamentos de Defectologia (VIGOTSKI, 1997) o autor observa em pessoas com desenvolvimento atípico o ser humano como integral, não se restringindo a rótulos por diagnósticos médicos.

Além do mais, no que se refere ao desenvolvimento atípico, Vigotski não considerava eficaz o método padronizador de desenvolvimentos, visto que esse estava apenas para medir a deficiência e rotular pessoas. O autor ratifica que tais métodos não consideram os fatores sociais que integram o desenvolvimento do ser, bem como expõe fundamentos para a compreensão do desenvolvimento de pessoas com deficiência sem hierarquizar com quaisquer outras formas de desenvolvimento. Para o autor:

É preciso ter em mente que qualquer criança com deficiência é, antes de tudo, uma criança, e só depois uma criança deficiente... Não se deve observar apenas o defeito na criança com deficiência, os 'gramas' de doença, e ignorar seus 'quilos' de saúde. Pelos pontos de vista psicológico e pedagógico, deve-se tratar a criança com deficiência da mesma forma que uma normal (Vigotski, 1995, p. 44).

Para compreender a organização escolar, Diniz (2017) compreende a inclusão pela modificação dos seus modos de atender o educando, compreendendo suas necessidades singulares.

O sistema educacional negligenciou historicamente as pessoas diferentes. Atualmente se considera como essencial e imprescindível ampliar seus métodos de educação. Para os sujeitos desenvolvam-se de acordo com as suas potencialidades, é necessário procurar abordagens pedagógicas adequadas às especificidades de desenvolvimento compreendendo os caminhos distintos de cada aprendizagem, incluindo de crianças com desenvolvimento atípico. Vigotski contribui com este olhar, ao afirmar que “é possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito ‘criança deficiente’ como indicação de um defeito insuperável da sua natureza” (VYGOTSKI, 1997, p. 82). Todavia persevera a reprodução de estereótipos impostos, sendo imprescindível a busca constante por percursos adequados para pessoas em seus desenvolvimentos, sejam eles típicos ou atípicos.

## **2.4 – Atendimento Educacional Especializado**

O atendimento educacional especializado (AEE) se refere ao acompanhamento de crianças com deficiência orientadas ao seu desenvolvimento, realizando trabalho pedagógico e valorizando relações sociais para que a criança possa apropriar-se do mundo cultural ao seu exterior (Silva,2020, p.201).

Em consonância, Silva (2017), ao investigar o brincar imaginativo no faz de conta de uma criança com autismo, acompanhou o desenvolvimento. Amparada em seu imaginário e “apoiada em elementos cenográficos, com mediação (intencional) do outro (elemento semiótico) apresentou capacidade e potencialidades para brincar, imaginar, criar e até mesmo assumir papéis” (SILVA,

2017; SILVA; SILVA, 2017, 2019). Vigotski (2009) considerou a centralidade do brincar, que resultou em um atendimento especializado eficaz na promoção da criança com desenvolvimento atípico.

No que concerne ao Atendimento Educacional Especializado, cabe evidenciar seu fortalecimento como política pública e o alcance dos meios para a sua efetivação. Segundo a legislação deve ser ofertado:

[o] atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, s/p).

Portanto, o AEE possui relevância para pessoas com deficiência, como veremos a seguir, a partir da experiência empírica do campo de pesquisa.

## **CAPÍTULO 3 - A importância do Atendimento Educacional Especializado: Uma visão dos profissionais de educação**

Neste capítulo apresento mormente a metodologia trabalhada na pesquisa de campo. Logo após a discussão metodológica trago as reflexões acerca o atendimento educacional especializado e sua importância para o desenvolvimento das idiossincrasias das crianças com transtorno do espectro do autismo.

### **3.1 – METODOLOGIA**

O presente trabalho realizou a pesquisa com base em seus objetivos, no intuito de descobrir a importância do profissional de educação no auxílio ao desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. Para contemplar o estudo foi realizado entrevistas com duas professoras atuantes na rede pública de educação. Além do mais, foi analisado o projeto político pedagógico das instituições, bem como os documentos que norteiam o Atendimento Educacional Especializado nas instituições de ensino.

A pesquisa foi realizada em duas escolas, uma localizada no Distrito Federal, e a segunda em seu entorno, na Cidade Ocidental, ambas tiveram os nomes alterados. Por conseguinte, foi observado que cada atendimento possui características singulares das instituições, como também, características únicas de cada professora.

Considera-se que os objetivos, geral e específicos desta pesquisa, inicialmente propostos foram cumpridos. Em relação ao objetivo específico III, no entanto, é preciso evidenciar que a intenção inicial era de acompanhar em lócus o Atendimento Educacional Especializado voltado para crianças dentro do Espectro do Autismo. Infelizmente, não foi possível realizar a imersão em campo mas, ainda assim, conseguimos coletar dados que possibilitam compreender a importância do AEE no desenvolvimento das crianças dentro do espectro do autismo.

## **Perfil das escolas**

### *Escola número 1: Ar da alegria*

A escola ar da alegria é localizada em uma região administrativa no Distrito Federal, atua há 15 anos, e possui âmbito específico voltado para as necessidades infantis com espaço que proporciona a exploração individual, propiciando desenvolvimento singular do ser.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição pressupõe ideais democráticos, uma instituição participativa e colaborativa com a comunidade escolar. Abordam o Atendimento Educacional Especializado como essencial para a construção social da escola. Sua função social engloba todos os indivíduos, e visa o desenvolvimento integral de todas as crianças independentemente de suas características.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado seu projeto reafirma a necessidade de tal atendimento, e explicita as atribuições do docente, conjecturam que necessitam levar ao educando ao conhecimento de si, e de seu corpo podendo utilizar-lo de modo consciente como forma de expressão social, além de auxiliar o professor regente para mediar o processo motor do educando, cognitivo, social, bem como, realizam complementações do currículo. Ou seja, o profissional do AEE auxilia, não apenas no atendimento individual, mas também em todas as necessidades do educando dentro da instituição, para desenvolvê-lo em sua plenitude.

### *Escola número 2: Nuvem encantada*

A instituição de ensino é localizada na cidade Ocidental, município de Goiás, atua há quase 20 anos, atende crianças da educação infantil e ensino fundamental anos iniciais. Realiza suas propostas com toda a comunidade escolar, englobando discentes e almeja trazer os familiares para próximo da realidade educacional. A Instituição aborda que sua comunidade possui baixo nível socioeconômico, o que dificulta a plena participação do educando no

nível socioeconômico, o que dificulta a plena participação do educando no

48

processo de ensino aprendizagem, por isso, realizam estratégias que propiciem a participação efetiva do educando, ouvindo toda a sociedade escolar.

A escola é apta para o desenvolvimento infantil e possui profissionais qualificados em sua instituição. A partir do ano de 2021 acrescentou em sua proposta política o Atendimento Educacional Especializado, almejando garantir ampla inclusão de todos os sujeitos, no intuito de garantir seu efetivo acesso no âmbito educacional.

A inserção do Atendimento Educacional Especializado foi motivada, pois ansiavam por inclusão, o docente que atua no atendimento, auxiliará na integração do educando em toda a escola. O AEE possibilita a ampla participação do estudante, com seus direitos garantidos ao seu desenvolvimento global como indivíduo.

### **Perfil das professoras entrevistadas**

Com a finalidade de compreender a realidade da vivência do Atendimento Educacional Especializado, foram realizadas entrevistas semi estruturadas, com professoras da rede pública de ensino. As entrevistas ocorreram de forma individual pela plataforma Google Meet, foram gravadas e transcritas. O contato inicial foi por intermédio de uma docente da rede pública de ensino, que concedeu seu auxílio, encaminhou a carta de apresentação para as professoras que atuam no atendimento especializado, e duas docentes se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa.

Em seguida foi explicado e encaminhado a proposta da pesquisa, por intermédio do aplicativo WhatsApp, posteriormente foi encaminhado o termo de livre consentimento, pelo aplicativo de mensagem, as entrevistas ocorreram pela manhã, em dias distintos. Os nomes de ambas professoras foram alterados, para preservar suas identidades.

Entrevistada 1: Cassandra é docente há 22 anos na Secretaria de Educação do Distrito Federal, principiou sua trajetória na docência desde o ensino médio integrado ao magistério, atuou nos anos iniciais, e seguiu sua jornada formando-se em letras português, possui especialização em docência na



formando-se em letras portugues, possui especialização em docência na

educação superior, como também, na educação de Jovens e adultos com ênfase em diversidade. Em sua caminhada, passou por todas as etapas da educação básica, como também em duas modalidades de educação: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, atuando no Centro de Ensino Especial. Por fim, encantou-se pela educação especial e buscou seguir tal caminho, hoje atua na sala de recursos no Atendimento Educacional Especializado.

Entrevistada 2: Mérida é professora na rede pública no município de Goiás, atuou cerca de 8 anos na Secretaria de Educação do Distrito Federal, Formada em Letras Portugues, Pedagogia e pós graduada em psicopedagogia clínica e institucional, iniciou sua carreira com os anos finais do ensino fundamental, lecionando língua portuguesa, em seguida, formou-se em pedagogia e passou a ministrar aula para os anos iniciais. Em seu período como professora do ensino fundamental I, deparou-se com crianças neuro divergentes, logo buscou compreender meios para a inclusão de tais crianças em sua classe, foi quando especializou-se na perspectiva inclusiva e dedicou-se a educação especial, em classes invertidas. Quando descobriu um processo seletivo para atuar no Atendimento Educacional Especializado, foi selecionada, e atualmente é toda a sua dedicação profissional.

### **Estrutura da entrevista**

A entrevista foi dividida em 5 blocos, no intuito de conhecer a trajetória das entrevistas e seu trabalho no Atendimento Educacional Especializado, bem como a importância do seu trabalho.

Bloco 1	<b>Conhecendo a pessoa entrevistada</b>
Bloco 2	<b>Contextualizando o Atendimento Educacional Especializado.</b>
Bloco 3	<b>Correlação entre o Atendimento Educacional Especializado, a escola e a(s) família(s)</b>

Bloco 4	<b>Base estrutural e educacional para os atendimentos</b>
Bloco 5	<b>Finalização</b>

O primeiro bloco visou conhecer a trajetória profissional das entrevistadas, tal como o que levou ambas a trabalharem no Atendimento Educacional Especializado. As duas entrevistas percorreram caminhos semelhantes. Cassandra e Mérida atuaram nos anos iniciais, bem como nos finais do ensino fundamental, além do mais, também ministraram aulas no ensino médio, na educação de jovens e adultos. Ambas se apaixonaram pela educação especial, tal qual tiveram oportunidades de atuarem nesse segmento. As duas, ao se depararem com essa educação, se encontram profissionalmente, hoje as docentes atuam exclusivamente no atendimento especializado.

Foi perguntado como foi o processo para ingressarem no atendimento educacional e quanto tempo cada docente atua nesse segmento. Cassandra declarou que ingressou por intermédio de entrevista e cursos de qualificação, e atua há 4 anos na sala de recursos com atendimento especializado. Por sua vez, Mérida ingressou por concurso público, e atua há 1 ano na realização de atendimentos.

### **3.2 – Atendimento Educacional Especializado: o olhar das entrevistadas**

Consoante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação especial é uma modalidade transversal, na qual irá transpassar por todos os níveis, bem como modalidades, os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são público alvo de tal modalidade, por sua vez, o autismo insere-se nesses transtornos, os alunos imersos nessa modalidade possuem como garantia a matrícula ao Atendimento Educacional Especializado, que sucede na sala de recursos multifuncional, ou em centro educacional especializado. As docentes entrevistadas ambas atuam na sala de recurso de escolas do ensino público, realizando atendimentos no turno contrário da classe regular do educando.

Conforme o Ministério da educação, 2008:

51

O atendimento educacional especializado deve ser organizado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado, no contraturno do ensino regular, disponibilizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação e aprendizagem, considerando as necessidades específicas dos alunos, conforme Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. O Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, que ratifica com status de emenda constitucional a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, traz em seu artigo 24 que os estados-parte devem assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis.

A LDB garante o atendimento com professores especializados, em seu artigo 59 inciso III “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado...” esses necessitam garantir acessibilidade, superar barreiras existentes na progressão do sujeito de modo a reconhecer as necessidades e as diferenças, bem como, trabalhar com intuito na superação de tais diferenças, necessitam possuir olhar atento para trabalhar de modo singular com intuito de atender a necessidades específicas de cada sujeito.

Para compreender a importância do atendimento educacional na visão dos profissionais de educação foi abordado o que as entrevistadas compreendiam sobre o atendimento educacional. A primeira a dialogar, Cassandra, afirmou que o AEE “Ajuda em sala de aula, se os estudantes têm dificuldade” as dificuldades relatadas serão abordadas nesta pesquisa em questionamentos posteriores.

Para Mérida o atendimento especializado seria:

Assim, na minha opinião, é de extrema necessidade. Assim eu acredito, inclusive, né? Na lei, até 2024, para todas as escolas, é para ter, né? Isso é de extrema necessidade, porque assim eu vejo a evolução dos alunos, é uma coisa que se faz necessário, né? Apesar de ter pessoas que acham que não, mas assim eu, por exemplo, tenho um aluno do quinto ano, primeiro ano que eu estou trabalhando com ela. Quando comecei, ela fazia o uso de daquele adaptador para usar um lápis. Ela não era alfabetizada, né? E hoje ela já consegue escrever sem adaptador. A coordenação motora dela evoluiu muito e assim ela já está sendo alfabetizada no quinto ano.

Mérida, em seu primeiro ano atuando no desenvolvimento de uma criança com espectro autista conseguiu desenvolver suas potencialidades e auxiliou na sua formação escolar, mediando seu desenvolvimento no AEE. A entrevistada, também expôs que o atendimento especializado é um local de extrema necessidade, no qual se faz necessário em todas as escolas, Mérida aborda o

que é preconizado no Plano Nacional de Educação na estratégia 4 da meta 4:

52

garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

Mérida, conclui seu pensamento, abordando que é um espaço para atendimentos individualizados no qual permite o desenvolvimento em seus variados aspectos com a mediação da docente. “Para Vygotsky o conceito de mediação é o elemento central para a compreensão do desenvolvimento e do funcionamento das funções psicológicas superiores.” (Stricker, 2017, p. 142).

Percebe que ambas as profissionais conhecem a identidade sobre o que conjecturam ser o Atendimento Educacional Especializado, entretanto, Cassandra diálogo sua importância, no que se refere o auxílio ao desenvolvimento das atitudes, apenas, enquanto Mérida se aprofunda no conceito, bem como aborda ter sapiência das legislações que preconizam o atendimento educacional especializado.

A pessoa com TEA possui direito no AEE para a promoção de seu desenvolvimento. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em seu parágrafo 1º aborda que é “considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II”:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Ao serem questionadas acerca da importância de tal atendimento para as crianças com autismo, Cassandra aborda a importância do AEE para os estudantes com TEA, bem como retoma as principais dificuldades nas quais apontam a relevância do Atendimento Educacional Especializado.

Se os estudantes têm dificuldade de se concentrar de memória, né, de socialização? Oralidade, né? A comunicação. Ai a gente trabalha todas as coisas. Para que lá na sala de aula melhore, né? Aprendizagem então, para que facilite, alfabetização etc. E não só aqui, em nível de escola, né? Mas para a sociedade, mesmo, poder se comunicar melhor, com a família, com os amigos, nos lugares que ele frequenta. Então acredito que é nesse sentido.

Mérida, por sua vez, também considera de fundamental importância na escola, tal qual, na vida do aluno, pois conjectura que esse faz a diferença na vida do educando.

Para mim é de fundamental importância na escola, na vida do aluno, faz a diferença. Eu trabalho a coordenação motora, o emocional, trabalho a convivência. Então assim, é de extrema necessidade, pois eles se desenvolvem como pessoa, nas pequenas coisas, né? novas habilidades adquiridas é importante, para ele, para além daqui da escola.

Ambas as docentes compreendem que o AEE é fundamental para o educando, e acreditam na qualidade do atendimento para que progridem socialmente, e possam usufruir para além dos muros escolares. Enxergam o atendimento como facilitador no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro do autismo. Mérida, observa os pequenos desenvolvimentos da criança e considera importante em sua formação. Logo, para Bedaque e Júnior “O professor de AEE precisa conhecer as características do TEA e os diferentes programas que possam contribuir na comunicação, na aprendizagem e qualidade de vida destes estudantes (...) (Bedaque E Junior, 2018, p. 76). Para Rodrigues 2018 faz se necessário:

Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação. (RODRIGUES, 2018).

Ao ser questionado para as professoras qual seria o mínimo de atendimento que era realizado as crianças com TEA, uma vez que no inciso III da RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009, aborda que “organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;” é de competência do professor do Atendimento Educacional Especializado. Logo, Cassandra respondeu

Cada criança, ela tem direito a 2 atendimentos do mínimo, né? No mínimo, 2 atendimentos por semana, cada atendimento, 1 hora aula, aí ela tem direito no mínimo 2, mas ela pode ter 3 e aí depende muito da família, né? Aí tem família que tem outros atendimentos, outras terapias. É, às vezes tem um outro atendimento aí traz uma vez. Prefere trazer as vezes de acordo com também com a rotina da família, né? Mas assim, no mínimo 1 vez na semana, dois horários.

Cassandra realiza atendimentos também em duplas, o que é preconizado pelo Ministério da Educação “Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentam necessidades educacionais semelhantes (...)” (Brasil, 2001, p. 50)

Mérida, por sua vez, respondeu que em sua instituição é realizado um atendimento por semana, logo totaliza 4 mensais, e seus atendimentos são individuais, pois considera que atendendo individualmente será alcançado as potencialidades específicas de cada educando. “Em sala de aula, a criança ela não tem essa atenção, mas na sala de recursos no atendimento individualizado ela possui esse olhar voltado a ela”

Os atendimentos em grupos, possibilitam a interação social, quando a criança necessita do desenvolvimento dessa habilidade é fundamental que haja atendimentos voltados para essa característica singular do indivíduo.

O atendimento especializado possui como objetivo identificar as habilidades e necessidades, organizar recursos acessíveis, e realizar a atividades direcionadas a sua particularidade nas quais promovam acesso a suas potencialidades. Ao perguntar para Cassandra como diagnosticar as necessidades de cada aluno, a professora afirma

Então, antes dele vir aqui para a sala de recursos, ele é avaliado pela equipe. Ele já passou, pelo médico, por uma equipe de multiprofissionais. Então ele já teve toda uma avaliação, quando ele é encaminhado aqui para sala de recursos. Aí eu entro em contato com a professora regente, né? E aí ela me passa algumas questões também, é quase, quais são as habilidades dele? Necessidade dele, né? E aí a gente vai trocando essas informações, porque aí eu também eu conversei com a família, aí eu vou captando essas informações com a família, de acordo com os laudos, com a professora. Entendeu? Então a gente já de acordo com todas essas informações aí é que eu vou traçar aqui, o atendimento dele.

Assim sendo, sua avaliação é baseada entre outros fatores nos resultados médicos, cabe evidenciar que Cassandra afirmou que os atendimentos na

instituição Ar da alegria so sucedem por intermedio de laudos, Para o Ministerio

55

da educação, 2014: “Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação” pois, visam superar a visão médica nesse processo, o MEC conclui “uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico”. (Brasil, 2014). Para Enildes 2017:

Hoje o laudo não é mais obrigatório para que o aluno seja atendido no AEE. O professor do AEE, juntamente com o orientador e o supervisor escolar, podem elaborar um parecer descritivo, a partir da aplicação de testes que avaliem o domínio desse aluno em áreas de domínio motor, lógico, considerando habilidades e competências. Esses testes podem ser elaborados pela própria equipe. Se o aluno já estiver em sala de aula, é importante juntar o parecer do professor da turma, observando esses aspectos. A partir daí, com toda a documentação elaborada, pode ser montado o plano de atendimento no AEE, com base nas necessidades do aluno.

Mérida, por sua vez, realiza a avaliação por intermédio da observação de cada aluno, qual a necessidade dele, observando a evolução de cada atendimento, pois em todos , a docente realiza um relatório, no qual pode analisar se a atividade foi bem desempenhada, a resposta do educando, e se o objetivo pensado foi alcançado.

Você vai vendo a necessidade de cada aluno.Você vai vendo a evolução para cada vez, porque em cada atendimento, eu faço um relatório, e vejo , atividade que eu fiz e se foi alcançado. Aquele meu objetivo, tem alguma atividade de coordenação motora, tem outras que eu trabalho não só com a coordenação motora, mas com o cognitivo, né, com a emoção, então cada hora eu busco um objetivo

Mérida, por sua formação como pedagogo, observa as características de cada aluno, uma vez que, para Jordão e Soares, p. 7 aborda que “O profissional pedagógico (pedagogo) tem como base compreender o desenvolvimento humano e ajudá-lo na garantia desse momento.”. Portanto, a formação nessa área facilita a compreensão do desenvolvimento em suas minuciosidades.

Para melhor compreender como observam o desenvolvimento foi questionado sobre como é realizada a avaliação de cada atendimento. Para Cassandra:

É assim, é a longo prazo mesmo o atendimento, os resultados a gente ver assim, ao longo prazo, é um trabalho de formiguinha mesmo, não é da noite para o dia que você vai perceber, né? Ao longo do ano, aí a gente vai percebendo essa melhora. Melhora as vezes no comportamento, na aprendizagem, na concentração, né? E aí a gente vai verificando, não, está precisando melhorar nisso, então vamos trabalhar mais nesse sentido, nada precisando voltar lá no médico porque ele está muito agitado. De repente vai precisar fazer uso de medicação

Mérida afirma:

avaliação é realizado todo atendimento, com o relatório, né, posso verificar o que foi desenvolvido, se foi bem desenvolvido e também onde eu tenho que melhorar, onde a criança precisa, em cada atendimento vejo o que foi desenvolvido na criança.

Para Bridi e Pavão 2015, a avaliação “Deve conhecer a aprendizagem atual do estudante, mas, principalmente, conhecer e identificar formas de mediar e intervir nessa aprendizagem, influenciando e impulsionando o desenvolvimento do estudante”. p.17. Bridi e Pavão abordam:

Para Vygotsky não bastava conhecer o desempenho cognitivo atual da criança, porém era mais importante influenciar, através de mediação específica, e avaliar o desempenho posterior. Aqui se encaixava com perfeição seu conceito de zona de desenvolvimento proximal. Importante para a avaliação seria conhecer qual a possibilidade de dilatamento intelectual que a criança apresentava (haveria crianças que demonstraram, através de uma avaliação dinâmica – avaliação, mediação, avaliação –, uma condição intelectual acima de sua idade cronológica), antes de concluir meramente a respeito de sua condição cognitiva atual. Esta possibilidade de dilatamento ou de potenciais intelectuais Vygotsky chamava de zona de desenvolvimento proximal. (BRIDI E PAVÃO, 2015, P. 17 apud BEYER, 2005, p. 3).

Nota-se novamente, que Mérida consegue observar o processo do desenvolvimento, enquanto Cassandra enxerga o resultado do processo. O pedagogo em sua formação, contempla disciplinas de desenvolvimento humano o que favorece a identificação do processo e suas especificidades. “O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas.” (Papalia e Feldman p. 36).

Ao serem questionadas sobre o seu papel Cassandra considera-se necessária nesse processo, “Bom, eu acho que eu tenho uma importância relevante, porque é um suporte, né? pros professores em sala de aula, a gente



termina contribuindo para aprendizagem dos nossos estudantes, para trabalhar a socialização.”

Mérida, acredita que sua atuação é essencial, seu conhecimento ajudará e fará transformação na vida de seus alunos, pois ela é especializada, considera que a pedagogia foi fundamental para compreender o processo de desenvolvimento das crianças e com toda a sua formação acredita que auxiliará nas necessidades específicas de cada criança podendo transformar sua realidade social, para progredir suas aprendizagens sociais.

“Ser pedagoga me auxilia muito no meu trabalho, pois consigo pela minha formação contribuir no desenvolvimento da criança, na formação dela, ajudo em suas dificuldades, e assim ajudo ela a se inserir nos ambientes que venha a ser inserido para, né? progredir na sua vida com todos.”

Cabe evidenciar Para a RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009 em seu artigo 2º na qual dialoga sobre a essência do profissional que atua no atendimento especializado:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem .

O AEE é imprescindível no desenvolvimento do sujeito com autismo, O Atendimento Educacional Especializado é um atendimento no qual foi idealizado para que se possa auxiliar de modo efetivo o acesso dos sujeitos na educação básica comum, seu objetivo é complementar as ações da classe regular, devendo as instituições de ensino matricular os alunos que assim precisarem, não apenas na educação da classe comum, como também no AEE, sendo assim, a criança com autismo têm direito a duas matrículas, cabendo ao poder público investir no educando de modo duplo, subsidiando ambas matrículas. Para a RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009 Art. 8º “Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.”

Ambas escolas e professoras, atuam conforme o preconizado pela

legislação, atendendo as crianças com TEA que necessitam para aprimorar suas

58

habilidades, em turnos contrários para que o estudante não prejudique sua participação na classe regular comum, como também não afete as suas potencialidades de aprendizado.

### **3.3 – O Atendimento Educacional Especializado, a escola e a(s) família(s): relações e desafios**

O Atendimento Educacional Especializado necessita de cooperações para ser efetivado em todas as suas potencialidades. Logo, faz necessário a interação do atendimento com a classe regular, cabe destacar que ambos os docentes necessitam atuar juntos, visando o alcance do pleno desenvolvimento do educando. Consoante a Resolução CNE/CEB 4/2009:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Foi questionado como era a relação do professor da classe comum com tais professoras, visto que “O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade.” (Rodrigues, 2018).

Cassandra afirma que há diálogo com o professor da classe regular, uma vez que esses fazem a devolutiva com feedback, diálogo como o aluno está, o que precisa melhorar nos atendimentos, “é fundamental, porque aí ele vai me dando um feedback, né? Como que o aluno não está em sala de que está precisando melhorar, né?” Além do mais, o professor da classe regular realiza a adequação das atividades, “o professor faz adequação curricular, né? Com a minha ajuda, com a minha orientação”. o professor do atendimento precisa auxiliar como realizar atividades para cada criança que respeite suas singularidades de aprendizagem. Cassandra afirma que auxilia na adequação no intuito de “ O aluno ser atendido em sala de maneira diferente, né? Ter atividades diferentes. Aí é importante, a gente está conversando sobre isso.”

Um professor de uma sala de aula comum que possui um aluno com necessidades educacionais especiais tem o direito por lei a um Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE precisa prover condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular (Rodrigues, 2018 apud BRASIL, 2011).

Por sua vez, Mérida também orienta a professora no processo de adaptação curricular, “Com o professor acontece, eles têm que fazer atividade adaptada para os alunos que não conseguem acompanhar. E aí oriento em relação à atividade para fazer, né?”, bem como no conselho de classe para auxiliar tal professor, conversa sobre a evolução da criança nos ambientes escolares, bem como há os relatórios todo bimestre. “e eu sempre estou acompanhando o professor, falando que o se o aluno evoluiu ou não e a cada bimestre também o professor, ele faz relatório, em relação o que se evoluiu e eu também falo sobre o aluno o que foi trabalhado”

Mérida afirma que há o contato diário, de conversa em suas coordenações pedagógicas sempre estão dialogando sobre o que podem fazer para alcançar o melhor meio de desenvolvimento.

A gente também tem esse contato diário. Eu sempre estou na sala, tipo assim, então assim tem essa comunicação. E, tem também o horário de regência, eu tenho horário de coordenação, então na coordenação tem esse contato, porque assim, eu tenho que orientar quantas atividades e tenho que saber se o aluno está precisando de alguma coisa? Então a gente tem esse contato.

O que ambas realizam vai de encontro com o previsto em lei, o professor do atendimento educacional especializado, necessita auxiliar o professor da classe comum. VIII – “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”

Ao serem questionadas acerca da comunicação entre família e professor do Atendimento Educacional Especializado Cassandra afirma que há comunicação, quando o professor da classe regular relata faltas, que a família não comparece às reuniões, logo, a professora do AEE entra em contato com a família. “O professor da classe regular fala, a família do João, da Maria não está vindo a reunião não está me respondendo. Aí eu vou e entro em contato com a

família, então a gente está em contato”. As conversas acerca do desenvolvimento ocorrem com a professora da classe comum que transpassa certa problemática para Cassandra.

Mérida afirma que os pais acompanham a criança a ida ao atendimento, e ao final de cada sessão os responsáveis entram e conversam sobre o atendimento e como foi a evolução da criança, “ao final do atendimento o pai, né? vem para marcar o atendimento, e eu falo o que foi trabalhado com aluno”. Logo, Mérida conjectura que necessita do diálogo para que os responsáveis compreendam o processo.

O diálogo diário com a família é essencial para que haja a troca de informações do processo de desenvolvimento, visto que para Soares, “É importantíssimo que os professores e os pais discutam e compartilhem acontecimentos e experiências para facilitar a socialização da criança na escola.”

### **3.4 – Recursos e organização educacional para os atendimentos**

Conforme a Resolução CNE/CEB 4/2009 em seu art. 13 inciso II é dever do professor do AEE “elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade”. Para compreender a necessidade do recurso no AEE, Eiterer dialoga sobre o que seria um recurso “propomos por recursos pedagógicos o entendimento daqueles lugares, profissionais, processos e materiais que visem assegurar a adaptação recíproca dos conteúdos a serem conhecidos aos indivíduos que buscam conhecer.”

O recurso, logo, é qualquer material que tenha objetivo educativo que promova aprendizagem por sua mediação, sendo brinquedos, atividades, objetos de cunho educacional. Eiterer completa:

De fato, não há como esgotarmos a infinidade de recursos pedagógicos possíveis. E, em ambos os casos, a nosso ver, o que torna a ação, o material ou o espaço um recurso efetivamente pedagógico são os objetivos com que são utilizados, ou seja, a finalidade educativa e a maneira como, de fato, constituem-se de modo intencional em um meio de favorecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Com intuito de compreender como são realizados a mediação dos atendimentos, foi perguntado como são elaborados os recursos, que conforme supracitado é de responsabilidade do professor do AEE.

Cassandra, ao responder o questionamento aborda que realiza atendimentos utilizando jogos pedagógicos “Então tem jogo da memória, tem, dominó da multiplicação, tem dominó da adição, tem quebra cabeça. E assim vai, né? Tem um soletrando, então a gente utiliza muitos jogos, tem tangram, blocos de montar. Está mais para essa linha.” Seus recursos são os disponibilizados pela sala de recursos, mas também utiliza de “atividades escritas, né? Ou em papel ou no quadro branco, mas é mais raro, geralmente é mais com jogos dinâmicos.”

Mérida realiza atividades com trabalho concreto, “a maioria dos material que eu trabalho com materiais que eu produzo, mas eu também trabalho com os outros, mas a maioria é com material que eu produzo mesmo.”, realiza os atendimentos com recursos voltados para as necessidades singulares dos alunos.

Assim, o AEE, “configura-se como um espaço pelo qual se identificam e são oferecidos os recursos e as estratégias necessárias à aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de potencializar o aprender (...)” (BRIDI e PAVÃO, 2015, P.14. Entretanto, há falta de investimento para que o atendimento seja efetivado de acordo com seus preceitos acarretando prejuízos no processo de progressão do ser.

Ambas as professoras não sente satisfeita com os recursos disponíveis, e a falta desses acarreta em prejuízos ao trabalho com os sujeitos, pois é por intermédio dos recursos que os “professores terão possibilidades de desenvolver ações significativas para o atendimento das necessidades singulares dos estudantes” (Beal, Jacob, Perin, Rodrigues e Schmitt, 2020, p. 68.)

Cassandra, utiliza os recursos disponíveis, contudo, conforme seu relato de não estar satisfeita com a quantidade disponível o progresso do educando acaba por ser prejudicado. pois, “Estes foram pensados de modo a atender as diferentes singularidades e pluralidades, como também dos objetivos de trabalho do AEE.” (Beal, Jacob, Perin, Rodrigues e Schmitt, 2020, p. 07)

Mérida possui maior facilidade em desenvolver recursos pedagógicos, então ela produz tais materiais de acordo com a demanda e necessidade do educando. O pedagogo, em sua formação acadêmica se apropria de métodos que

educando. O pedagogo, em sua formação acadêmica se apropria de métodos que

62

favorecem o desenvolvimento para criação de recursos pedagógicos, o que aprimora no atendimento especializado. Mérida diz que se inspira em modelos da internet. “A realidade é a seguinte: “nós temos a sala de recursos, mas não temos tanto material. Então é a forma mais básica que encontrei para atender o público, então assim eu produzo material para trabalhar.” Portanto, ao detectar uma necessidade busca caminhos para a concretização de seu atendimento, uma vez que não possui variados recursos disponíveis para a utilização.

De modo geral a falta de recursos é uma insatisfação recorrente no Atendimento Educacional Especializado, visto que o ensino inclusivo da rede pública não é valorizado como deveria, pois trata-se de uma triste característica social da educação brasileira, a não valorização da educação, sobretudo com a educação especial. Pode-se ser observado na falta de investimento na qualificação dos profissionais de educação, no que se refere ao Distrito Federal, necessitam do apelo social para sujeitos sem ao menos ter qualificação para assessorar crianças como monitor em salas de aula, sendo utilizado o educador social para suprir uma demanda educacional na qual deveria ser garantida a especialização de profissionais com intuito de garantir o pleno desenvolvimento do ser.

Ao serem questionadas sobre qual o papel da formação continuada, Cassandra respondeu que é muito importante, e Mérida diz ser essencial em seu meio, contudo, Cassandra aborda que é complicado a participação, uma vez que:

Os cursos que são oferecidos pela Secretaria de educação mesmo, né? A EAPE, aí a gente se inscreve aí, depende, né? Tem sorteio, tem algumas questões. Tá, que que a gente consegue fazer ou não? Às vezes pelo nosso, é... nossa dinâmica de trabalho, por exemplo. Não tem como fazer curso em tal dia, mas o curso só é oferecido aquele dia. Mas aquele dia eu não posso. Alguns cursos são oferecidos, mas nem sempre a gente tem essas condições de fazer. É lá no plano. É no dia que não dá pra fazer, ou então eu não sou sorteada ou não tem vaga ou esse semestre não vai ser oferecido. Então existem essas dificuldades

Sendo assim, cabe o olhar atento para a formação dos profissionais de educação, pois são nesses espaços que o docente conseguirá aprender novas habilidades de mediação que favoreçam o aprendizado de suas crianças.. Conforme Lucena e Ribeiro “A formação continuada para ao professor de



Atendimento Educacional Especializado também, precisa tornar-se um espaço de diálogo entre “os diferentes”. visto que, há necessidade de um âmbito propício ao debate, para compreender as diversas singularidades, os autores completa dizendo “É necessário que o diálogo se faça presente entre quem forma e quem recebe formação, considerando o homem como um produto histórico e que se constitui a partir das relações sociais.” Para tanto, é primordial o acesso desse espaço, e investimento para que os professores do AEE tenham esse direito garantido, pois Lucena e Ribeiro finalizam abordando que “É preciso pensar em uma formação que exija o compromisso de transformação da sociedade”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança com Transtorno do Espectro do Autismo possui como direito subjetivo o acesso ao Atendimento Educacional Especializado, nesse segmento o professor é responsável por organizar, bem como mediar o processo educacional do educando no AEE, logo, o docente é de fundamental relevância na ação educacional do sujeito com autismo. Para compreender o processo de ensino no atendimento especializado, a pesquisa embasou-se em seu objetivo geral: Identificar de que forma ocorre a atuação do profissional de educação no Atendimento Educacional Especializado e como o trabalho do pedagogo promove o desenvolvimento de crianças com o espectro autista nas escolas.

Outrossim, foram analisadas as normativas públicas para contextualizar a garantia das crianças com TEA à participação no AEE. Além disso, foi observado a atuação tanto do professor sem habilitação em pedagogia, como formado em tal área, no intuito de de conhecer a relevância dos profissionais em educação, em especial do pedagogo, compreendendo o trabalho dos professores no auxílio ao desenvolvimento de crianças com autismo.

Lev Vigotski abordou a importância das aprendizagens com contribuições significativas acerca do desenvolvimento humano, destacando a importância dos signos, o autor discorreu a respeito da necessidade do desenvolvimento por intermédio da cultura, bem como considera essencial o mediador no processo de aprendizagens. Vigotski deliberou acerca do desenvolvimento atípico, e seus escritos trouxeram contribuições atuais para este estudo quanto ao autismo. Dessa forma, a pesquisa embasou-se em Vigotski e em normativas públicas nas quais pautam séries de direitos garantidos às crianças com TEA, uma delas sendo o direito à participação no AEE, âmbito propício ao desenvolvimento com professores especializados para atender as necessidades individuais dos sujeitos.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método qualitativo no intuito de apurar os dados essenciais, para tal fim foi realizado estudos a respeito do teórico Vigotski, além de pesquisas bibliográficas para conceber as normativas nacionais estruturantes, bem como entrevistas semiestruturadas, com professoras da rede pública de ensino, buscando alcançar os objetivos posto do estudo.

Conclui-se pela pesquisa que a criança com autismo necessita do AEE para o seu pleno desenvolvimento, o professor do atendimento aprimora as habilidades dos sujeitos, isto posto, cabe evidenciar que foi observado variações nas percepções de desenvolvimento para as docentes. Nota-se que com formação em pedagogia o educador analisa o progresso do seu aluno diariamente, pois observa os pequenos detalhes do desenvolvimento do ser, logo, percebe o processo, enquanto o não formado, considera desenvolvimento o resultado final, apenas o progresso palpável, o produto final do seu trabalho, não considerando as pequenas evoluções do indivíduo ao decorrer do trabalho educacional.

A pedagogia, é o ramo que estuda a criança, seu desenvolvimento, seus detalhes, logo, o pedagogo é um importante especialista em desenvolvimento humano, o profissional percebe a minuciosidade do desenvolvimento da criança, compreende a realidade do educando, sua formação o torna sensível ao olhar do desenvolvimento, reconhece suas fases, compreende a importância do processo de cada etapa. O progresso de desenvolvimento da criança com autismo decorre de acordo com suas limitações, necessidades, bem como, potencialidades, a medida que o profissional pedagogo percebe um novo desenvolvimento, por mais pequeno que pareça aos demais, já insere novas habilidades que vai ao encontro a sua nova e real potencialidade. Assim sendo, consegue realizar um trabalho desenvolvimental a pequenos passos que se transforma em variadas potencialidades, o desenvolvendo em todas as suas possibilidades individuais.

Os desafios na rede pública de ensino são variados, cabe evidenciar a falta de financiamento para obtenção de recursos pedagógicos, parte essencial no processo de desenvolvimento no atendimento educacional, bem como, cursos de aprimoramento para realização de tais recursos. Além do mais, a falta de formação profissional qualificada evidente no precário oferecimento de formação continuada implica na dificuldade do profissional em executar com maestria suas atribuições. Bem como, há impasses, pois foi observado que instituições públicas de ensino não promovem equipes profissionais para investigarem as necessidades específicas dos educandos, o que auxiliaria no ingresso ao atendimento especializado sem a necessidade de laudos médicos, e assim

contribuiria no atendimento precoce desenvolvendo as habilidades educacionais essenciais para a progressão integral do indivíduo.

Destarte, esta monografia conclui-se a relevância do Atendimento Educacional Especializado, no tocante aos sujeitos, esse atendimento aprimora suas habilidades e os desenvolvem com auxílio do profissional de educação, evidencia-se o papel do pedagogo, que potencializa o desenvolvimento por ser apto a reconhecer as potencialidades do educando e incentivá-las a serem desenvolvidas. A criança com espectro autista possui seu direito garantido, logo adquire possibilidades de desenvolver-se plenamente conforme suas singularidades e para isso, cabe medidas efetivas que contemplem em todas as redes públicas o acesso ao Atendimento Educacional Especializado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, F.S. D., PEDERIVA, PLM. Deficiência e Teoria Histórico-Cultural: por que se voltar a Vigotski é ainda necessário? Curitiba: CRV. 2022.

A HISTÓRIA DOS DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Equidade, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

ALARCÃO, I. Professor-investigador: que sentido? Que formação? 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/HDxx/Downloads/alarcao01%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/HDxx/Downloads/alarcao01%20(4).pdf). Acessado em: 23 de setembro de 2022.

ALMEIDA, S. S. de A. BRITO, A. R. MAZETE, B. P G. S. VASCONCELOS, M. M. Transtorno do espectro autista, 2018.

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. Dewey: jogo e filosofia da experiência democrática In KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org) O brincar e suas teorias, São Paulo: CIntrengage Learning, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM. 5 ed. Washington D/C, 2013

ANDRÉ, M. E. D. A. LUDKLE, M.; Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO AUTISTA, diagnóstico. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/autismo/diagnostico/>. Acessado em: 23 de setembro de 2023.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA Cleonice; e colaboradores. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BARROS, MARTINS, MATOS, OLIVEIRA, PACHECO, RÊ E SANTOS. A inclusão social da pessoa com deficiência. Equidade, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=como+fazer+referencia+de+site&oq=como+faz>

er+referencia+de+site&aqs=chrome..69i57j0i512i9.4297j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

BAUM, W. M. Behaviorismo: definição e história, 2018.

BEDAQUE, S. A de P. JUNIOR, F.V.B. atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista: trajetória e orientações: Mossoró R-N: ABEC Brasil, 2018.

BEL, M. K. de L., JACOB, C. M., PERIN, C. L. P., RODRIGUES, S. M. SCHMITT, R. M. RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, 2ª EDIÇÃO, São José/SC : FCEE, 2020.

BENUTE, G. R. G; GLEIDIS Roberta Guerra; LOPEZ, S. R. O; PEREIRA, S. M. S; SANTOS, F. J da S.S; STREAPCO, L. R. F. Transtorno do Espectro Autista (TEA): Desafios da inclusão, volume 2, São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

BERTACCO, R. T. A; BORGES, L. R; BUBOLZ, V. K; MARQUES, A. C; MORAES, L. S; MUNIZ, L.C. Seletividade alimentar em crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista: Rasbran, 2020.

BETTIO, LAURENTI. Contribuições de B. F. Skinner para o estudo do desenvolvimento humano, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2745/274544251007/html/>. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

BOMFIM, Z. A. da C; JÚNIOR, R. L. F; MELO, J. F. SILVA, G. M. de F; SOUSA, I. C. Teoria histórico-cultural - Contribuições para a prática psicopedagógica, 2020.

BOSA, C. CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens, Scielo Brasil, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/4b8ymvyGp8R4MykcVtD49Nq/#>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

BOURSCHEID, S. e TURCATTO, J. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO



## DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

69

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011, O atendimento educacional especializado, Brasil, 2011.

BRASIL, DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, Estatuto da criança e do adolescente, Brasil, 1990.

BRASIL, Lei nº 9.394/1996, diretrizes e bases da educação nacional, 2ª edição, Brasília, 2018.

BRASIL, LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Brasil, 2012.

BRASIL, LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, Plano Nacional de Educação, Brasil, 2014.

BRASIL, Lei no 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência , 3ª Edição, Brasília, 2019.

BRASIL, LEI Nº 13.977, DE 8 DE JANEIRO DE 2020, Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, Autismo orientação para os pais, Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação, DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS

PESSOAS DEFICIENTES, Resolução aprovada pela Assembléia Geral da

70

Organização das Nações Unidas em 09/12/75.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (tea), Brasília-DF, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001

BRASIL, Ministério da educação. Há alguma determinação formal do MEC (lei, portaria, etc.) para o fim das classes especiais no Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/109-ha-alguma-determinacao-formal-do-mec-lei-portaria-etc-para-o-fim-das-classes-especiais-no-brasil#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20deve,participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20aprendizagem%20considerando%20as>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Brasília, 2008.

BRASIL, Plano Nacional das Pessoas com Deficiência, 4ª Edição Brasília, 2013.

BRASIL, Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRIDI. PAVÃO. Avaliação: Reflexão sobre o processo educativo no atendimento educacional especializado, UFSM, 2015.

CANTO, S. B., MOREIRA, H. M. A., O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS COMO APOIO AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, CAp- UERJ, 2014.

CARDOSO, A. M; FERNANDES, F. D. M; MAGALHÃES, M. L; MARTINS, C.C; NOGUEIRA, M. F; VELOSO, C. F. Transtorno do Espectro do Autismo, 2019.

CASTRO. S.; LIMA. S. R.; ROSSETO, E. O estudo da defectologia sob a perspectiva de Vigotski, Curitiba, 2020.

CECCARELLI, P. R. A patologização da normalidade. Estudos de Psicanálise, Belo Horizonte, n. 33, p. 125136, jul. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 jun. 2022.

COELHO, C. M. M e OLIVEIRA, S. R. MÃE DE CRIANÇA COM AUTISMO, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSOS DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA. 1.ª Edição. Curitiba: Appris. 2022.

COELHO, L. e PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. Revista e - Ped – FACOS/CNECO sório Vol.2 – N °1. 2012

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

CRIAR ROTINA AJUDA CRIANÇAS COM AUTISMO A LIDAREM COM ISOLAMENTO SOCIAL, Faculdade de Medicina UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/atividades-virtuais-durante-a-pandemia-sao-desafios-para-criancas-com-autismo/#:~:text=Com%20mudan%C3%A7as%20na%20rotina%2C%20pessoas,maneira%20mais%20intensa%20por%20elas>. Acessado em : 12 de junho de 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, Tailândia, 1990.

DINIZ, Margareth (2017). Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades

específicas - avanços e desafios. Editora Autentica. E-Book. Disponível em:

72

[https://books.google.com.br/books/about/Inclus%C3%A3o\\_de\\_pessoas\\_com\\_defici%C3%Aancia\\_e.html?id=oG8IDwAAQBAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Inclus%C3%A3o_de_pessoas_com_defici%C3%Aancia_e.html?id=oG8IDwAAQBAJ&redir_esc=y). Acesso em: 06 abr. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Institui o Plano Distrital de Educação (PDE), e dá outras providências. Disponível em: Lei 5499 de 14/07/2015 ([sinj.df.gov.br](http://sinj.df.gov.br)) Acesso em: 22 DE SETEMBRO 2022 .

DISTRITO FEDERAL.Ministério da Educação, Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), 2014.

EITERER, C. L. Recursos pedagógicos.Gestrado UFMG. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/recursos-pedagogicos/#:~:text=Recurso%20pedag%C3%B3gico%2C%20nesse%20sentido%2C%20%C3%A9,na%20escola%20ou%20fora%20dela>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.

ENILDES, Estudante sem laudo pode receber atendimento educacional especializado (AEE)?

<https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/>. Disponível em:

<https://diversa.org.br/forum/estudante-sem-laudo-pode-receber-atendimento-educacional-especializado/#:~:text=O%20professor%20do%20AEE%2C%20juntamente,ser%20elaborados%20pela%20pr%C3%B3pria%20equipe>. Acessado em: 23 de setembro de 2022.

FACULDADE DE MEDICINA. Criar rotina ajuda crianças com autismo a lidarem com o isolamento social, 2020, Disponível em <https://www.medicina.ufmg.br/atividades-virtuais-durante-a-pandemia-sao-desafios-para-criancas-com-autismo/>. Acessado em: 22 de setembro de 2022

FARINHA, J. Aprendizagem humano: Aprendizagem na perspectiva comportamentalista: Ualg, 2015.

FELDMAN, R. D. PAPALIA, D. E. Desenvolvimento humano: um campo em constante evolução. Disponível em:

[https://www.sinopsyseditora.com.br/upload/produtos\\_pdf/1916.pdf](https://www.sinopsyseditora.com.br/upload/produtos_pdf/1916.pdf). Acessado em: 10 de agosto de 2022.

FERREIRA, CORRÊA. A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO E SÓCIO AFETIVO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

GAIATO, M. A arte de prestar atenção: buscar o foco não é uma tarefa tão simples. Pais e filhos, 2021. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/blogs-e-colunistas/mayra/a-arte-de-prestar-atenc-ao-buscar-o-foco-nao-e-uma-tarefa-ao-simples/amp/>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

GHEZZI, P. M. Ensino de tentativas discretas, Wiley online library, 2007: Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pits.20256>. Acessado em: 02 de julho de 2022.

GIL, C. A., Métodos e técnicas de pesquisa social. 2º edição, São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, A. N.; SILVA, C. B. da. Software Educativo para Crianças Autistas de Nível Severo. In: 4º Congresso Internacional de Pesquisas em Design, 2007, Riode Janeiro. Disponível em: acesso em: 22dez. 2008.

GOMES, M. M., MOURA, D. D., SILVA, S. R. de A. M. A importância da família para o sujeito portador de autismo, a educação e a formação docente. Educação pública, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/25/a-importancia-da-familia-para-o-sujeito-portador-de-autismo-a-educacao-e-a-formacao-docente#:~:text=A%20fam%C3%ADlia%20pode%20colaborar%20de,formas%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20da%20crian%C3%A7a>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

GONZAGA, Mariana Viana; BORGES, Adriana Araújo Pereira (2018). Tipos de situação de inclusão: uma nova proposta de adaptação curricular para crianças com TEA. In: BORGES, Adriana Araújo; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães

(Org.). O aluno com autismo na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018 (Série Toda criança pode aprender). cap.6, p.163-186.

GRINKER, R. R. Autismo: um mundo obscuro e conturbado. São Paulo: Larrousse do Brasil, 2010.

GRUPO CONDUZIR, ABA - Análise Comportamental Aplicada. DISPONÍVEL EM: <https://www.grupoconduzir.com.br/aba-tratamento-autismo/>. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

HANSEL, A.F; Lucimare, RIBEIRO, L.; RUPPEL, C.Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação dos estudantes com deficiência nos dias atuais, São Luiz: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, 2021.

HARMON, K. Autismo pode retardar habilidade do cérebro de integrar informações. Scientific American Brasil. 2015. Disponível em <http://www2.uol.com.br/sciam/noticias>. Acesso em 16 jun 2018

HERRERA, S.A. L. O USO DA LINGUAGEM NO AUTISMO DE ALTO FUNCIONAMENTO E NA SÍNDROME DE ASPERGER – UMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICA NA INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2897/3/87-106.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

HÜBNER, M. M. C. O Skinner que poucos conhecem: contribuições do autor para um mundo melhor, com ênfase na relação professor–aluno. Momento do Professor: revista de educação continuada, São Paulo, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO, Métodos de intervenção aba, pecs, teachs.

INSTITUTO NEUROSABER, como ajudar a criança com autismo a lidar com as emoções, 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-ajudar-a-crianca-com-autismo-a-lidar-com-as-emocoes/>. Acessado em: 10 de junho de 2022.

INTERAGINDO ESPAÇO E MOVIMENTO, Rio de Janeiro, 2019: Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=428214971360526>, acessado em: 12 de junho de 2022.

JORDÃO, J. S., SOARES, H. C. C. ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

JUNIOR, F. V. B. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Mossoró-RN: EdUFERSA, 2018.

KERSHES, D, Atenção compartilhada. Disponível em: [https://dradeborahkerches.com.br/atencao-compartilhada/page/10/?et\\_blog](https://dradeborahkerches.com.br/atencao-compartilhada/page/10/?et_blog). Acessado em: 22 de setembro de 2022.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. Utilização de variações da técnica do ensino incidental para promover o desenvolvimento da comunicação oral de uma criança diagnosticada autista. Bauru, USC, 1992. (Cadernos de divulgação cultural)

LEAF, CIHON, e MCEACHIN, Revista Eletrônica Internacional de Educação Elementar, Progressiva para Ensino por TentativaDiscreta: Algumas Diretrizes Atuais Uma Abordagem Progressiva para Ensino por TentativaDiscreta: Algumas Diretrizes Atuais, 2016.

LEAR, K. Ajude-nos a aprender(Help us learn): Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido, Toronto, Ontario – Canada, 2ª edição, 2004.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Actividad, conciencia y personalidad. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978 [1974].

LEONTIEV, A.N. (2014). Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: L.S Vigotskii, A.R. Luria, & A.N. Leontiev, Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem (13ª ed., pp. 119-142). São Paulo: Ícone.



LUCENA, R. F. RIBEIRO R. B. Formação continuada para professor de Atendimento Educacional Especializado ( AEE): conscientizar, dialogar e promover autonomia.

MÂCEDO, L. N. Pesquisas em temas de ciências humanas, 1ª edição, Belém-PA: RFB Editora, 2020.

MARINHO, E. A. R; MERKLE, V. L. B. Um olhar sobre o autismo e sua especificação, 2009.

Martins, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: A. Arce & N. Duarte (orgs.), Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin (pp. 27-50). São Paulo: Xamã. 2006.

MARTINS, O. B. e MOSER, A. Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. Revista Intersaberes. 2012.

MELLO, Ana Maria S. Ros. Autismo: guia prático. 2ª ed. São Paulo, Corde,200

MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL, Declaração dos direitos das pessoas com deficiência, 1975.

MOLINA, E. C; MORAL, A; SHIMABUKURO, E. H; ZINK, A. G. Cartinha do autismo, 3ª Edição, 2017.

MOREIRA, M.; MEDEIROS, C. Princípios básicos de Análise do Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOTA, M. A. C. M.; NOVAIS, T. F. A importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Montes Claros:Revista Educação, Escola e Sociedade, 2018.

NEURO BLOG, conheça o mecanismo de atenção, 2020. disponível em: <https://oquefazumneurologista.com.br/conheca-o-mecanismo-da-atencao/#:~:text=A%20aten%C3%A7%C3%A3o%20sustentada%20representa%20a,atento%20d>

urante%20uma%20longa%20reuni%C3%A3o. Acessado em: 01 de junho de 2022.

NUNES, A. I. L; XAVIER, A. S. V. Psicologia do Desenvolvimento, 4ª Edição, Fortaleza - Ceará: Eduece, 2015.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

ORRÚ, S. E. Os estudos da análise do comportamento e a abordagem histórico-cultural no trabalho educacional com autistas: Revista Iberoamericana de Educación, 2008.

PAOLI, J. MIRANDA, M.A B. A. e LIMA, M. do S. M. Diversidade e inclusão: o que a Teoria Histórico-Cultural tem a contribuir? Curitiba: CRV. 2022.

PAVÃO, S. M. de P., SILUK. A. C. P. Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado, Santa Maria, 2015.

PEREIRA, K.R. do C. o legado Vigotskiano à educação inclusiva - algumas reflexões. Curitiba: CRV. 2022.

PINO, A. (2012). Prefácio. In: D.N.H. Silva, Imaginação, criança e escola (pp. 11-13). São Paulo: Summus. (Coleção Imaginar e Criar na Educação Infantil).

PIUZANA, D. O que é o ensino por tentativas discretas? Link psicologia. Disponível em: <http://linkpsicologia.com.br/o-que-e-o-ensino-por-tentativas-discretas-danielle-piuzana/>. Acessado em: 01 de julho de 2022.

PRESTES, Z. Quando não é quase a mesma coisa. Traduções de Lev Semionovitch no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

REVISTA PEDIATRICA. Para a Residência Pediátrica 2018, o problema advém, visto que as relações interpessoais não transcorrem de modo típico, uma vez que o sujeito autista se expressa de modo social considerado inadequado, tal como, são resistentes em compreender regras sociais. Disponível em: Acessado em:

<https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/1036/o%20papel%20do%20pediatra%20no%20reconhecimento%20precoce%20dos%20sinais%20e%20sintomas%20do%20transtorno%20do%20espectro%20autista-%20revisao%20de%20literatura>

RODRIGUES, Leandro. Atendimento Educacional Especializado: a verdade do AEE na escola. Instituto Itard Cursos de Educação Especial, 2018. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/>. Acessado em: 22 de agosto de 2022.

RODRIGUES, L. Autismo: método ABA ou método TEACCH? 2017. Disponível em

<https://institutoitard.com.br/autismo-metodo-aba-ou-metodo-teacch/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20M%C3%A9todo%20TEACCH%3F,D%C3%A9ficits%20relacionados%20com%20a%20Comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: 10 de junho de 2022.

RUSSO, F. Atenção compartilhada e autismo. NeuroConecta. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/atencao-compartilhada-e-autismo/#:~:text=Ela%20acontece%20quando%20duas%20pessoas,a%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20aprendizagem>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

SANINI, C. Autismo e inclusão na educação infantil: Um estudo de caso longitudinal sobre a competência social da criança e o papel da educadora, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, M. A. e SANTOS, M. de F. de S. Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. *Psicologia & Sociedade* [on-line]. 2012, v. 24, n. 2 [Acessado 26 de Junho 2022], pp. 364-372. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200014>. Epub 23 Ago 2012. ISSN 1807-0310.

SEVERO, A.R.B e BECKER, C. VYGOTSKY: VIDA, OBRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO POR MEIO DO DIÁLOGO. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/109011016/8>. Acessado em: 22 de Setembro de 2022.

SFORNI, M. S. F. Aprendizagem e Desenvolvimento: o papel da mediação. In: Vera Lúcia Fialho Capellini; Rosa Maria Manzoni. (Org.). Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional. BauruUNESP/FC/SP: Cultura Acadêmica, 2008.

SIERRA, D. B.; FACCI, M. G D.. A educação de pessoas com deficiência intelectual: aprendizagem promove desenvolvimento, Natal: Revista Educação em Questão.

SILVA, D.N.H. (2012). Imaginação, criança e escola. São Paulo: Summus. (Coleção Imaginar e Criar na Educação Infantil).

SILVA, M. A. O brincar de faz de conta da criança com autismo: Um estudo a partir da perspectiva histórico-cultural. Brasília, 2017.

SILVA, M. A. A criança com autismo no espaço escolar: contribuições da Defectologia na contemporaneidade. Brasília, 2020.

SILVA, M. A. O brincar de faz de conta da criança com autismo: Um estudo a partir da perspectiva histórico-cultural. Brasília, 2017.

SMOLKA, A.L. (2009). Comentários ao longo da obra. In L. S. Vigotski, Imaginação e criação na infância (p. 16). São Paulo: Ática.

SOARES, S. J. de M. T. ESCOLA E FAMÍLIA FRENTE AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

SOUZA, C.M. C. VARELLA, A. A. B. Ensino por tentativas discretas: Revisão sistemática dos estudos sobre treinamento com vídeo modelação: Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2018.

STEINLE, M.C.B. (2013). O trabalho pedagógico presente na brincadeira de papéis sociais e a sua importância para o desenvolvimento da imaginação criadora no contexto da educação infantil. Nuances: Estudos sobre Educação, 24(1), 110-126). Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2159>

STRICKER, M. dos S. D. O processo de mediação: das definições teóricas às propostas pedagógicas, Eutomia, Recife, 2017.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), Uol, 2012. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-espectro-autista-tea/>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

TRILICO, Hiperfoco - O que é e como se manifesta no autismo e TDAH, 2022. Disponível em: <https://blog.matheustriliconeurologia.com.br/>. Acessado em 22 de setembro de 2022.

VIEIRA, S. PECS, Canal autismo, 2019. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/pecs/#:~:text=O%20PECS%20%E2%80%94%20Sistema%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o,uma%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20aumentativa%20e%20alternativa>: Acessado em: 03 de junho de 2022.

VIGOTSKI, L.S. (2008). A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, 23-36

VIGOTSKI, L.S. (2007). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo. Martins Fontes.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. In: LEONTIEV, Aleksei Nikolaevitch.; LURIA, Alexander Romanovich.; VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone. p. 103- 117, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. Imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, 2009

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. Manuscrito de 29. Educação & Sociedade, XXI(71), 2000.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Obras escogidas IV: Psicologia Infantil. Madrid: Visor, 2012 [1931-1933].

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología. Madri: Machado Grupo de Distribución, 2012 [1924-1935].

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Problemy defectologii [Problemas de defectologia]. Moscou: Prosveshcheniye, 1995.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.  
\_\_\_\_\_. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Obras Escogidas V: Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

WALTER, C.C. de F. PECS-Adaptado na sala de Atendimento Educacional Especializado, Rio de Janeiro: Eduerj, 2017.

## PERSPECTIVAS FUTURAS

A educação pública é parte da minha história, e anseio em não medir esforços para contribuir com uma educação de qualidade a todos os sujeitos que assim necessitarem, pois conjecturo que a educação é base para o progresso global, uma vez que a escola é espaço de apropriação do saber cultural, social e histórico. Assim, acredito que a instituição educacional pública necessita ser o lócus de aprendizagem no qual garanta participação efetiva a todos os sujeitos no processo pedagógico, e que eu auxilie e faça parte das transformações do espaço social, escola, para que assim seja âmbito propício a valorizar as diferenças, bem como, apto a equalizar as oportunidades educativas.

Além do mais, almejo me especializar no Transtorno do Espectro do Autismo, almejo ingressar na Universidade de Brasília e realizar o mestrado em educação para que eu possa ter sapienciais significativas nas quais me permitam auxiliar e transformar o processo de educação dos indivíduos com autismo, podendo assim fazer a diferença na instituição de ensino, pois esse ambiente necessita ser o local no qual promova a aprendizagem, e sobretudo deva propiciar um espaço no qual os sujeitos consigam desenvolver-se, desse modo, promoverei um espaço de confiança para que todos os sujeitos progredirem socialmente de acordo com as suas singularidades. Sendo assim, acredito no poder de fazer a diferença como professora, almejo uma escola com espaços de Atendimentos Educacionais Especializados para que eu possa promover o pleno desenvolvimento do sujeito em todas as suas potencialidades

Para isso, desejo ingressar na secretaria de educação do distrito federal, por intermédio de concurso, e oportunizar transformações sociais, com o poder da educação. Assim sendo, almejo respeito a todas as formas de desenvolvimento humano e que tenhamos uma escola com espaços propícios, recursos pedagógicos necessários e adequados, bem como que eu possa atingir maior qualificação para promover uma educação atenciosa, e respeitosa a todas as singularidades, com oportunidades educacionais equitativas que atenda a todas as individualidades.

## **APÊNDICE A – MODELO DE TCLE**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar do trabalho de final de curso em Pedagogia intitulado "Atendimento Educacional Especializado: a relevância do(a) pedagogo(a) no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista" de responsabilidade Mariana Lourenço dos Santos, estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação pela Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Daniela Barros Pontes e Silva. O objetivo desta pesquisa é investigar e compreender o papel do(a) pedagogo(a) no Atendimento Educacional Especializado e como este(a) profissional percebe sua participação no processo de desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como possíveis entrevistas, arquivos de gravação, foto ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa e não serão divulgados sem a sua autorização no trabalho. Nenhum material produzido a partir da sua contribuição será divulgado fora do espaço do trabalho de final de curso ou será utilizado para outros fins.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone NÚMERO ou pelo e-mail ENDEREÇO. A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos à você por meio de documento impresso, podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica.



Caso você aceite participar, por favor, escreva o seu nome completo logo abaixo. Destaco que os dados contidos neste Termo são sigilosos e não serão divulgados na pesquisa sem autorização.

Nome da colaboradora: \_\_\_\_\_

Em relação ao nome do participante convidado, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

(  ) Autorizo    (  ) Não autorizo.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) colaborador(a)

Mariana Lourenço dos Santos

